

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA – DAN

UMA ETNOGRAFIA DA PMDF: HISTÓRIA, IDENTIDADE E ALTERIDADE
INDÍGENA

Alberto Júlio Pereira de Castro

Brasília, fevereiro de 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA – DAN

UMA ETNOGRAFIA DA PMDF: HISTÓRIA, IDENTIDADE E ALTERIDADE
INDÍGENA

Autor: Alberto Júlio Pereira de Castro

Monografia apresentada ao Departamento de
Antropologia da Universidade de Brasília como
requisito para a obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais

Brasília, fevereiro de 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA – DAN

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

UMA ETNOGRAFIA DA PMDF: HISTÓRIA, IDENTIDADE E ALTERIDADE
INDÍGENA

Autor: Alberto Júlio Pereira de Castro

Orientador: Dr. José Antônio Vieira Pimenta (DAN/UnB)

Banca Examinadora:

- Prof. Doutor José Antônio Vieira Pimenta (DAN/UnB) – Presidente
- Profa. Doutora Giovana Acácia Tempesta (DAN/UnB) – Membro

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Jesus Cristo e a seu Pai celestial, a sua Mãe e a seu Pai que habitaram a terra, seus anjos e santos. Foi a todos eles que orei e oro, todos os dias, para que se movam em mim forças para as realizações pessoais, como é o caso dessa monografia.

A todos os brasileiros, cujos encargos, geridos pelo Governo Federal permitiram a construção e a manutenção da Universidade fundada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira em Brasília. O lugar físico e social, o ambiente de aprendizagem e interação, fruto do ideal de democratização do ensino legado por Darcy Ribeiro, permitiu que eu realizasse o sonho de me tornar cientista social.

À Universidade de Brasília, como instituição, desde a Reitoria, a SSA, até os Departamentos de Sociologia (SOL) e Antropologia (DAN), locais que nós alunos sempre recorremos e recebemos total atenção dos seus servidores.

À minha família, que desde sempre me conduziu pelos seus melhores caminhos. Sempre me sustentando com sua bondade, compreensão e afeto.

Ao meu orientador, professor Dr. José Antônio Vieira Pimenta, que com todo entusiasmo e zelo, se dispôs a me guiar por um caminho que eu só conhecia o início. Sua bravura, porém, nos levou a conhecer o final da estrada.

À Polícia Militar do Distrito Federal, instituição da qual faço parte e que permitiu, com esta pesquisa, que conhecêssemos mais da cultura policial. Agradeço a todos os policiais militares pelo empenho e respeito dedicados a mim e à pesquisa. Os integrantes do CMan, DIPIC, DEC, CCS, 6º BPM, RPMon, BPChoque e CPRO facilmente se reconhecerão como protagonistas da realização desse trabalho.

Aos integrantes das comunidades indígenas que se deslocaram para o Acampamento Terra Livre de 2017 e que se dispuseram a falar sobre suas experiências com as Polícias Militares de suas regiões e do Distrito Federal.

Índice

Resumo.....	6
Índice de siglas.....	7
Introdução.....	8
Capítulo 1 – PMDF: História, organização e o ideal de ordem.....	21
1.1 - História da PMDF.....	21
1.2 - Organização da corporação e o ideal de ordem.....	31
Capítulo 2 – A alternância das identidades na PMDF: policiais e militares.....	41
Capítulo 3 – Fazendo etnografia no quartel: um antropólogo entre os seus semelhantes.....	56
Capítulo 4 – Os PMs e os indígenas: representações e práticas.....	71
4.1 – Indígenas e policiais no ATL/2017.....	72
4.2 – A visão dos policiais militares sobre os índios.....	91
Conclusão.....	102
Bibliografia.....	107

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise etnográfica do ser e fazer policial na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). O “ser” está voltado à compreensão de uma identidade aparentemente dupla: policial e militar. O “fazer” diz respeito à forma de identificar e agir frente a um Outro que, no caso aqui estudado, são os indígenas. Existe na sociedade uma visão negativa acerca do mundo e do trabalho policial. Foi possível verificar, inclusive na academia, algumas definições sobre a identidade militar da polícia que carecem de análise mais aprofundada. A investigação do ser e fazer policial tratada neste trabalho procura contribuir para um melhor entendimento da PMDF, tornando este universo mais familiar, principalmente no que se refere à identidade dos policiais militares e sua visão sobre os índios.

Índice de siglas

PMDF.....	Polícia Militar do Distrito Federal
EB.....	Exército Brasileiro
FA.....	Forças Armadas
DMGRP.....	Divisão Militar da Guarda Real de Polícia
CGMP.....	Corpo de Guardas Municipais Permanentes
APMB.....	Academia de Polícia Militar de Brasília
EM.....	Estado Maior
GCG.....	Gabinete do Comando Geral
CCS.....	Centro de Comunicação Social
DEC.....	Departamento de Educação e Cultura
DLF.....	Departamento de Logística e finanças
DOp.....	Departamento Operacional
CP.....	Comando de Policiamento
CPRO.....	Comando de Policiamento Oeste
CPRL.....	Comando de Policiamento Leste
CME.....	Comando de Missões Especiais
BOPE.....	Batalhão de Operações Especiais
RPMon.....	Regimento de polícia montada
BPChoque.....	Batalhão de Policiamento de Choque
UPM.....	Unidade Policial Militar
BPM.....	Batalhão de Polícia Militar

Introdução

A ideia inicial para a construção desta monografia surgiu da observação de um descompasso entre a identidade própria dos policiais militares do Distrito Federal e aquela propagada sobre eles na sociedade de modo geral. Os policiais militares são percebidos como detentores de características interpretadas e difundidas por Outros, que raríssimas vezes são correlacionadas com a história da instituição. Ao longo do tempo, essas características acabam criando estereótipos negativos, que são difundidos em diversos setores da sociedade.

O trabalho começou a se desenhar no transcurso da disciplina identidade e relações Interétnicas. Meu orientador era então o professor da disciplina e seus apontamentos com relação ao tema da identidade me permitiram definir melhor a direção da minha pesquisa.

Não havia, naquele momento, elementos que me permitissem vislumbrar o trabalho como um todo, mas já sabia que precisava compreender como os policiais militares se auto identificam, como eles veem um outro grupo específico, neste caso, os índios, e, se estas identificações convergem com algumas características atribuídas a eles pela sociedade.

O esforço iniciou com a busca pela compreensão da identidade dos policiais militares como profissionais que transitam entre a “rua” e o quartel. A dualidade entre esses dois lugares significa que eles exercem seu trabalho nas ruas do Distrito Federal, em contato contínuo com a comunidade, mas convivem, se organizam e frequentam seus cursos de formação e especialização dentro de quartéis.

Esse trânsito entre dois mundos, principalmente no desconhecido mundo do quartel, causa estranheza aos de fora. Estar ou ser de um quartel parece sugerir que eles vêm de um lugar insólito onde se ensina a reprimir, combater, torturar e destruir. Quão estranha e perigosa poderia ser a identidade dessas pessoas? Intrigante, porém, foi empreender este estudo e verificar como esse grupo se auto identifica e demonstra ter consciência das rotulagens externas.

A característica militar da Polícia Militar, que é associada às práticas do Exército Brasileiro, dificulta a análise externa sobre a identidade de seus integrantes e suas atividades. A relação Exército-Polícia, que também será analisada neste trabalho, é muito antiga e emblemática, causando, ainda hoje, uma confusão no estudo das funções das duas instituições.

O termo “militar” está vinculado às Forças Armadas Federais. Estas estão sempre preparadas para a guerra e, assim, podem cuidar da defesa da nação brasileira em toda sua extensão geográfica, seja por terra, pelo mar ou pelo ar. A instituição militar federal com maior visibilidade é o Exército Brasileiro e, de acordo com algumas opiniões que enfatizam o traço militar da Polícia, é dessa relação Polícia-Exército que vem todo o *ethos* combativo da Polícia Militar.

Podemos encontrar afirmações nesse sentido em estudos que não se propõem realizar um trabalho etnográfico e, por isso, não descrevem o ponto de vista dos policiais militares. Por exemplo, em seu livro *Cidadania no Brasil* (2011), José Murilo de Carvalho, afirma que:

o soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger cidadãos. Ele é aquartelado, responde a seus superiores hierárquicos, não convive com os cidadãos que deve proteger, não os conhece, não se vê como garantidor de direitos (Carvalho, 2011, p. 213).

Durante meu curso de graduação, pude também perceber, no cenário acadêmico, a cristalização de certas características imputadas aos policiais militares. Observei que algumas definições se repetiam quando o tema era Segurança Pública e Polícia, tanto nos debates cotidianos em sala de aula quanto nos debates maiores, promovidos por institutos e departamentos.

No decorrer desses anos na universidade, foi possível verificar um pensamento corrente que concebe os policiais militares como essencialmente militares e incapazes de compreender a identidade e as lutas dos grupos sociais com os quais costumam se deparar durante seu trabalho. Os policiais militares

ainda são tidos como aqueles que reconhecem a sociedade (ou o universo dos não militares) como inimiga.

A visão negativa sobre a polícia está fortemente presente na academia e foi explicitada por Marcos Bretas e André Rosemberg dentro de um contexto ainda maior que cria uma série de obstáculos ao seu reconhecimento como objeto de estudo:

Do ponto de vista acadêmico, a polícia era subsumida em grandes esquemas explicativos, onde se fazia instrumento dócil. Numa perspectiva liberal, ela fazia parte das instituições do progresso moderno, parte pouco significativa da história de um Estado que se fazia melhor, mais racional e democrático. Numa perspectiva marxista, fazia parte do arsenal repressivo, agindo sobre as ordens de um Estado ou de uma burguesia opressora. A crise destes grandes modelos explicativos permite uma aproximação maior do objeto policial, mas ainda limitada pela visão profundamente negativa que o mundo universitário tinha (ou tem?) do mundo policial. (Bretas e Rosemberg, 2013 p.163)

Muitas das definições e imagens construídas sobre os policiais militares derivam de um momento conturbado da política nacional. O país passou por um golpe civil-militar em 1964 e os militares assumiram a Presidência da República até 1985. Isso refletiu duramente dentro da Universidade de Brasília que sofreu algumas intervenções do Governo Federal nesse período. O filme *Barra 68* de Vladimir Carvalho (2001) demonstra tanto as ações dos militares dentro da universidade, quanto o sentimento de resignação dos alunos àquela época – este último ainda se faz simbolicamente presente.

Conforme afirmam Bretas e Rosemberg:

as conjunturas conflituosas dos anos 1960 não ajudavam a imagem da polícia, e isso de forma mais radical num país como o Brasil, sob o controle de uma ditadura militar. Meio século passado, parece possível afirmar que esse estigma policial

permanece e contamina os estudiosos do tema, dedicados a um universo socialmente “baixo”, talvez socialmente relevante, mas externo às discussões culturalmente mais relevantes. (Bretas e Rosemberg, 2013 p. 163)

Fora da universidade, muitas pessoas, principalmente intelectuais, artistas, jornalistas e ativistas de Direitos Humanos se opunham ao regime militar que se instalou. Essas pessoas, de alguma forma, parecem enxergar, hoje, a Polícia Militar como instituição representante de um *status quo* anterior, já superado. Muitas discussões sobre a atuação dos policiais naquele período continuam vivas. Por exemplo, as questões levantadas pela Comissão da Verdade, ação governamental que investiga hoje as ações dos militares no período ditatorial.

Assim, foi-se construído no imaginário social, uma identidade espúria para os militares. Mesmo que o golpe de 1964 tenha sido uma ação das Forças Armadas Federais, as Polícias Militares, incluindo aí a PMDF, acabaram trazendo para si a mesma desconfiança que recaiu, principalmente, sobre o Exército Brasileiro.

O trabalho conjunto de instituições armadas, com atribuições distintas, em muitas ações violentas nesse período, colocou a Polícia no nível de suspeita social do Exército. Afinal de contas, ambos partilham o mesmo “mundo do quartel”.

Jacqueline Muniz refletiu sobre a problemática do relacionamento do trio Polícia-Exército-Sociedade:

Um oficial superior, integrante da nova geração, contou-me que um episódio recente, quando estabelecia contatos com profissionais do meio intelectual, sentiu-se “indignado” com a forma pela qual teria sido por eles “tratado e enquadrado”. Disse-me que fora “injustamente acusado de colaborar com a ditadura” pelo simples fato de “ter escolhido ser policial e militar”. Face ao que considerou uma “provocação desnecessária”, meu confidente, visivelmente chateado, teria respondido à

interpelação afirmando que “não tinha motivos para não se orgulhar de sua farda” e que durante o regime militar, ele, como os referidos intelectuais, se encontrava nos bancos da universidade. Encerrando sua narrativa, o oficial PM apresentou uma resignada e preocupante consideração: “eles [o Exército] fizeram o serviço sujo e ficaram bem com a população. Quem se desgastou com o povo foi a Polícia Militar. O Exército sempre soube fazer a sua propaganda”. (Muniz, 1999, p. 69).

Mesmo que nunca tenha sido acusado diretamente de colaborar com a ditadura, a minha vivência na universidade, enquanto policial militar, foi marcada por episódios semelhantes. Por exemplo, precisei ter “cabeça fria” para contornar a “morte social” que experimentei após falar sobre minha profissão, por solicitação de uma professora, em uma das disciplinas do curso de ciências sociais. Depois do ocorrido, falei ínfimas vezes com colegas e professores sobre minha escolha profissional.

Ainda na academia, presenciei muitas ações explícitas e simbólicas contra a presença e a existência da Polícia Militar, principalmente em 2014, quando o golpe completou 50 anos. Assim, minha vivência particular no curso de ciências sociais reforçou a necessidade de entender melhor a identidade e a história da Polícia Militar, de forma que a instituição possa ser compreendida através do trabalho etnográfico e não através de opiniões pré-concebidas que pouco têm a ver com a realidade.

Neste trabalho, procurarei mostrar que embora a ditadura seja um marco recente da história política nacional, não é possível fazer gravitar em torno desse período toda a história policial militar brasileira que começou ainda no período do Brasil Colônia, com a implantação da primeira “força” policial em 1626.

O fazer policial, que, como dito, possui a característica de ser realizado “na rua” e ser pautado pela interação com outras pessoas, acaba por criar grupos específicos, cujo contato com a polícia costuma ser inevitável e acontecer de forma mais ou menos repetitiva. Podemos nos referir a esses grupos como os “Outros” da PMDF.

Assim, em todo policiamento ordinário, pessoas são abordadas e, algumas vezes, presas. Existem dois grupos maiores que são alvo da atividade policial: os que estão em atitude suspeita e os que estão cometendo crimes.

Esses grupos se ajustam perfeitamente ao trabalho da PMDF que, em sua concepção legal, visa manter a ordem pública e a segurança interna do Distrito Federal. É discricionária a atividade policial de abordar e prender – uma vez que o poder de polícia compreende a atividade de limitar direitos individuais em prol do interesse público.

Na academia, o policiamento ordinário da PMDF e a criação de grupos sociais alvos de sua atividade é discutido em pelo menos duas teses de mestrado do Departamento de Sociologia da UnB. *A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito (2009)*, de autoria de Gilvan Gomes da Silva, e *Estudos sobre as representações sociais do “inimigo” na Polícia Militar do Distrito Federal (2017)*, de Francileide Pinheiro Azevedo.

Neste trabalho não discutirei o policiamento ordinário da PMDF, isto é, o patrulhamento diário das ruas da Capital Federal. Optei por analisar um tipo de policiamento eventual, realizado com pessoas que se reconhecem explicitamente como parte de um grupo socialmente delimitado. Trata-se do policiamento em manifestações. Também feito na rua, este tipo de policiamento, em Brasília, tem um endereço fixo: a Esplanada dos Ministérios.

O policiamento em manifestações pressupõe a interação dos policiais militares com grupos sociais específicos: estudantes, professores, integrantes do MST, do MTST, da comunidade LGBT, índios, motoristas de ônibus, caminhoneiros, militantes de partidos políticos, etc. Estes são os “Outros” dos policiais militares nesta categoria de policiamento.

Existe uma infinidade de interações sociais envolvendo a PMDF com esses diversos “Outros”, o que pode gerar uma grande diversidade de estudos. Essas interações continuam carecendo de pesquisa, pois não basta a simples propagação da imagem de uma Polícia ligada a episódios de confronto e violência, é necessário que se compreenda as visões de mundo dos policiais militares e seus modos de se relacionar com cada um desses Outros.

Entre os diversos “Outros”, existem os índios. A interação dos policiais militares do DF com os índios é bem específica. Se comparada a outros protestos, as manifestações indígenas em Brasília são menos frequentes, mas ocorreram, por exemplo, na Assembleia Constituinte de 1988, na Mobilização Nacional Indígena em 2013 e no protesto da Copa do Mundo de 2014.

No entanto, desde 2003, um evento vem se repetindo anualmente no mês de abril. Durante esse evento, lideranças indígenas de vários lugares do Brasil, com suas organizações de apoio, acampam na Esplanada dos Ministérios para sensibilizar a população sobre a sua causa e levar suas reivindicações às autoridades governamentais. Trata-se do que ficou conhecido como Acampamento Terra Livre (ATL).

Os encontros do ATL fornecem uma excelente oportunidade para analisar as relações entre policiais militares do DF e os indígenas e tentar compreender a visão que os PMs possuem sobre a existência dos índios, suas histórias, reivindicações e manifestações. Esses eventos também evidenciam os problemas que os policiais podem elencar no policiamento das manifestações indígenas, a partir do seu próprio ponto de vista.

Esta análise da relação dos policiais militares com seus Outros, mais especificamente com os indígenas, está diretamente relacionada com o estudo da própria identidade do policial militar. Se o policial tem treinamento militar e, por isso, é supostamente alheio aos direitos de seu Outro, é necessário compreender se ele julga o policiamento em manifestações indígenas como uma batalha ou um confronto a ser vencido. É necessário procurar compreender qual identidade ele mobiliza nessas ocasiões. Como ele percebe sua função e atuação? Ele age como policial, como militar ou mobiliza as duas identidades? Veremos adiante que essas identidades são distintas e precisam ser diferenciadas.

Assim, durante a realização da pesquisa, procurei sempre manter à mão os questionamentos sobre a autoidentificação dos policiais militares e suas opiniões com relação aos índios. Esses dois pontos são os pilares da pesquisa e precisavam estar bem compreendidos para que eu fosse capaz de analisar as práticas dos policiais durante o policiamento das manifestações do ATL.

Entre a idealização do que gostaria de pesquisar e a interação com meus nativos foram necessárias muitas horas de orientação, inúmeros esboços de questões importantes a tratar durante o trabalho de campo e, claro, muita torcida para que o meu pedido de liberação para a pesquisa feito ao Departamento de Educação e Cultura (DEC) fosse aprovado.

O trabalho de campo foi realizado durante as manifestações do ATL 2017. Fiquei no acampamento durante os quatro dias do evento. Observei o trabalho de policiamento da PMDF e acompanhei as duas “descidas” dos índios até o Congresso Nacional e Ministério da Justiça. Gravei em vídeo todos os momentos de interação entre os indígenas e os policiais. Essa pesquisa de campo durante as manifestações do ATL 2017 foi complementada por observações nos batalhões da PMDF.

Como policial militar, tentei iniciar a minha pesquisa na instituição aplicando um questionário em um dos Comandos de Policiamento (CP) da PMDF com a autorização do respectivo comandante. No entanto, essa minha atitude não atendia as exigências legais para pesquisas na corporação. A PMDF dispõe de uma diretoria, dentro do Departamento de Educação e Cultura (DEC), responsável pelas pesquisas da corporação e na corporação. Assim, tive que encaminhar ao DEC um pedido para liberação de pesquisa. Era um ofício expedido pelo Departamento de Antropologia da UnB, assinado pela chefe do departamento e por meu orientador. Este documento continha meus dados pessoais, a descrição da pesquisa, bem como os locais e as datas em que pretendia realizar a pesquisa.

Durante o ATL 2017, acompanhei as caminhadas dos índios rumo ao Congresso Nacional e observei com atenção a interação dos policiais com os indígenas. Na instituição, selecionei as quatro unidades da PM que mais tinham enviado policiais para este policiamento. Assim, escolhi o 6ºBPM (Batalhão Esplanada); BPChoque (Batalhão de Policiamento de Choque); 2ºRPMon (Segundo Regimento de Polícia Montada) e CCS (Centro de Comunicação Social). Ainda tive a grata satisfação de entrevistar, mesmo sem haver previsto

no ofício, o capitão H¹, cuja foto em interação com o cacique Pirakumã Yawalapiti estampa a publicação do ISA, *Povos indígenas no Brasil 2011/2016* (2017).



Foto 1: Capitão H. em interação com o Cacique Pirakumã Yawalapiti

Levei para os quartéis um gravador, o caderno de campo com minhas anotações sobre o ATL 2017, um computador com fotos e vídeos do policiamento feito durante o ATL, algumas cópias do questionário que havia elaborado como referência para as entrevistas, a autorização para realizar a pesquisa e muita disposição para conversar e discutir minhas inúmeras dúvidas.

Procurei basear o trabalho de campo em entrevistas. Preparei um roteiro com as principais indagações e muitas questões subjetivas. Tudo parecia estar preparado. Já havia feito até algumas entrevistas na unidade em que trabalho.

¹ Visando manter o anonimato dos meus entrevistados, não usarei seus nomes verdadeiros.

Muitos colegas que trabalham comigo e que haviam trabalhado em manifestações indígenas concordaram em participar da pesquisa.

No entanto, ao adentrar as quatro unidades policiais para fazer a minha pesquisa fui colocado frente a situações e dificuldades que jamais imaginei. Não se tratava mais de entrevistar conhecidos, mas sim chegar como qualquer outro pesquisador em um quartel onde não conhecia ninguém e colocar em prática tudo que havia imaginado. Era como “partir do zero” dentro do meu próprio universo.

Procurei estar preparado para estas adversidades. Mantinha comigo muitas cópias do questionário, assim teria condições tanto de realizar entrevistas, como organizar um grupo focal. Meu computador já estava com as fotos e os vídeos de todo o policiamento do ATL em condições de serem apresentados aos policiais. Em todos os quartéis me apresentei ao comandante e aos demais policiais, expliquei o motivo de estar ali, informei que cursava ciências sociais na Universidade de Brasília e que aquela pesquisa fazia parte da disciplina final do meu curso de graduação e que contava com a ajuda de todos.

No capítulo 3, reflito sobre as dificuldades que encontrei para fazer pesquisa nos quartéis da PMDF. Por enquanto, basta adiantar que a minha estadia no BPCoque exemplifica a maioria das dificuldades e surpresas que encontrei nas outras unidades.

Aos poucos, percebi que não seria fácil trabalhar com tantas entrevistas e que o grupo focal era a escolha mais acertada. Com esse método, era possível conversar com todos os policiais juntos por horas. Eles se reconheciam nos vídeos e explicavam tudo que havia acontecido, o que haviam feito e como se prepararam para aquele policiamento.

Mas não era simples atingir a intimidade que o trabalho etnográfico exige. Alguns dos meus interlocutores contaram que tinham receio de se abrir com alguém da UnB, porque “o pessoal da UnB não gosta de PM”. Chegaram a perguntar qual era meu partido político e se eu ia falar mal da PM no meu trabalho.

Decidi, ao longo da pesquisa, valorizar os grupos focais e fazer entrevistas com os policiais que mais interagiram com os índios no ATL 2017. Um exemplo foi o comandante do 6º BPM, major C. que filmei nos dois dias da caminhada interagindo constantemente com as lideranças indígenas.

Consegui realizar as entrevistas negociando possíveis datas com bastante antecedência e procurando não alterar tanto a rotina dos meus interlocutores. Quando não era possível formar grupos focais, nem combinar entrevistas, como aconteceu em um quartel onde estava sendo ministrado um curso de aperfeiçoamento de sargentos, foi necessário aplicar questionários.

Precisei estar preparado para conduzir o trabalho de campo de acordo com as características da unidade policial visitada. As discussões nos grupos focais trouxeram os melhores resultados. As entrevistas foram mais formais, porém, na maioria delas, me surpreendi com a espontaneidade de meus interlocutores. Foram momentos produtivos de intimidade que talvez não pudessem ser alcançados se a interação tivesse cunho somente profissional.

Fui também muito bem recebido no 2º Regimento de Polícia Montada (2º RPMon), que fica localizado no Parque da Cidade. Conversei, primeiramente, com o major comandante do regimento e ele me informou que a unidade estava de portas abertas para me auxiliar na pesquisa.

Neste quartel, dois pelotões, cada um no seu dia de serviço, participaram dos grupos focais, ambos formados por soldados, cabos, sargentos, subtenentes e os respectivos tenentes, comandantes de cada pelotão. Conversamos sobre as experiências pessoais com os índios e também sobre as experiências policiais durante as manifestações.

Ao apresentar os vídeos que gravei durante o policiamento no ATL, foram ressaltadas por meus interlocutores as diferenças desse tipo de policiamento, as dificuldades enfrentadas pelos policiais que estão a pé no contato direto com os índios, os principais perigos nesse tipo de manifestação, além de suas opiniões sobre os índios. Aproveitei para discutir nas outras unidades policiais as dificuldades do policiamento a pé elencadas pelos policiais do 2º RPMon.

A bibliografia utilizada neste trabalho está baseada em alguns estudos recentes sobre a história da Polícia, como os realizados por Marcos Luiz Bretas (2013), Claudia Mauch (2007), Francis Albert Cotta (2012) e Flávio Tadeu Ege (2017). Estes trabalhos compreendem a Polícia como objeto de estudo independente de pejos políticos ou ideológicos e são utilizados no primeiro capítulo da monografia.

Para o estudo da dimensão militar tratada no segundo capítulo, trabalhei principalmente com o livro de Celso Castro e Piero Leirner (2009), pioneiros nos estudos dos militares das Forças Armadas. Para o estudo dos policiais militares, utilizei as monografias de Jacqueline Muniz (1999) e Francileide Azevedo (2017).

Na busca pela compreensão das possíveis relações de identidade no contato entre policiais e indígenas, recorri aos trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira, *identidade étnica, identificação e manipulação* (1976) e *O índio Hiper-real* da professora Alcida Ramos (1995), utilizados exclusivamente no capítulo final.

A monografia está estruturada em 4 capítulos. No primeiro, trato da história da PMDF que, mesmo aceita internamente como marcada pela criação da Guarda Real de Polícia em 1809, é ainda mais rica, trazendo referências do período da colonização. A organização interna da instituição também é tratada neste capítulo. Essa organização é tão importante quanto a sua história, pois permite maior familiaridade com as relações de funcionamento interno e sua influência no serviço oferecido à população. No primeiro capítulo, mostro ainda que uma característica legal que ampara as atividades da PMDF é a sua função de mantenedora da ordem. Este aspecto legal e seu reflexo dentro da instituição acaba por engendrar um ideal de ordem no trabalho policial, este ideal também é discutido neste capítulo.

O segundo capítulo trata da identidade dos policiais militares e da relação da Polícia Militar com o Exército Brasileiro. Essa relação é problemática para os que analisam o trabalho policial militar. Um dos objetivos do capítulo é compreender como os próprios policiais interpretam essa dupla identidade policial e militar. Neste segundo capítulo, também discuto as afirmações dos policiais sobre a própria profissão, os motivos que os levaram a escolhê-la, as

similaridades e diferenças entre a Polícia e o Exército nas atribuições e treinamentos de cada instituição.

No terceiro capítulo trato da realização da pesquisa nas unidades policiais, das dificuldades encontradas no campo e de todos os trâmites institucionais até que a PMDF autorizasse a realização da pesquisa em suas dependências. Como a pesquisa perpassa o meu próprio universo policial militar, procuro explicar também neste capítulo, como realizei o trabalho etnográfico levando em consideração as noções de “distância mínima” e “envolvimento inevitável com o objeto de estudo” discutidas por Gilberto Velho em sua obra *Observando o Familiar* (1980).

O quarto capítulo é dedicado à interação entre os policiais e os indígenas. É nesse último capítulo que a visão dos policiais sobre os índios é analisada. O que os policiais pensam sobre os índios? Como reconhecem sua existência? Como avaliam suas reivindicações e julgam suas manifestações na Esplanada dos Ministérios? Neste capítulo, também abordo o meu trabalho de campo no ATL 2017. Como dito, foi aí que iniciei a minha pesquisa, reunindo muitas informações e questionamentos que foram, em seguida, aplicados na pesquisa dentro das unidades policiais. Retomo, nesse quarto e último capítulo, a relação das práticas policiais com o ideal de ordem, que havia sido tratado no capítulo inicial.

CAPÍTULO 1: PMDF: História, organização institucional e o ideal de ordem

Neste capítulo tratarei da história da PMDF e de sua organização atual. Procurarei mostrar que uma característica permeia toda a existência e prática desta instituição: o ideal de ordem. A necessidade de zelar pela ordem se manifesta nos amparos legais que sustentam o trabalho da PMDF e é recorrente em sua história e práticas. Desde a sua criação, a Polícia Militar atuou na vigilância das ações humanas que atentavam contra a ordem social e jurídica vigentes ao longo da história do país.

1.1 – História da PMDF

A forma mais comum de contar a história da PMDF é afirmar que ela nasceu em 1809, no Rio de Janeiro, com a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (DMGRP). É exatamente essa data que estampa os uniformes e brasões da corporação e que diversos historiadores reconhecem como marco inicial dos trabalhos policiais no Brasil. Porém, uma pesquisa mais aprofundada nos permite questionar essa história oficial e remontar a um passado mais distante para compreender como surgiu a polícia brasileira. Embora a DMGRP tenha sido criada logo após a chegada da Corte portuguesa e seja uma marco importante na história policial militar, o fato de a Família Real aportar no Rio de Janeiro em 1808, fugindo das campanhas napoleônicas, não apaga os 300 anos anteriores da história colonial.

No ano de 2018, em um evento realizado no Congresso Nacional, mais precisamente na Câmara dos Deputados, foram comemorados os 209 anos da PMDF. Organizado por dois deputados, o evento contou com a presença de centenas de policiais militares, além do Comandante Geral da instituição. Para iniciar a comemoração, uma professora de uma escola pública do DF foi chamada para fazer um resumo da história da corporação policial. Em seu discurso, para a surpresa dos presentes, a palestrante mencionou alguns ofícios coloniais desconhecidos dos próprios policiais, mas que integravam o primeiro

sistema de justiça implantado por Martin Afonso de Souza, ainda no período colonial.

Assim, a história do policiamento no Brasil é mais antiga do que geralmente se supõe. Um sistema de justiça foi implantado no alvorecer da colônia e já conviviam com um policiamento rudimentar. Ambos foram trazidos de Portugal e sobreviveram até 1808. Na história contada pela professora, figuravam alguns agentes da justiça colonial que já integravam a área policial: o Alcaide-mor, o Alcaide-pequeno, o Escrivão e o Meirinho. Essas figuras – com exceção do Escrivão – eram totalmente desconhecidas dos policiais presentes no evento do Congresso Nacional, já que fazem parte de um momento anterior a 1809.

A primeira figura histórica que sintetiza as atribuições de um policial contemporâneo, seja ele civil ou militar, é o Quadrilheiro. No Brasil colonial, os quadrilheiros eram subalternos ao Meirinho e ao Alcaide e sempre carregavam uma vara de madeira que simbolizava as suas atribuições. Eles eram “nomeados pela Câmara Municipal. Atuavam nas vilas, lugares e seus termos [redondezas], tendo por função proceder a prisão de malfeitores e apresentá-los diretamente aos juízes” (SINPEF/PB, 2015, p.3).

A principal característica do trabalho dos quadrilheiros era a manutenção da ordem pública colonial. Podemos considerar que ele foi o primeiro policial brasileiro, mesmo que a denominação de seu cargo tenha sua origem no sistema policial português. Flávio Tadeu Ege (2017) enfatizou essa relação do trabalho do quadrilheiro com a manutenção da ordem nos povoamentos coloniais, que o assemelha ao policial contemporâneo:

Ao quadrilheiro cabia chefiar vinte vizinhos com o intuito de controlar uma determinada área. Sua atuação operacional focava em evitar delitos comuns ao cotidiano daquela época, como casas de jogos, furtos, concubinatos, acalmar desordens, insultos, efetuar prisões e aplicar castigos nos culpados e até coibir a feitiçaria. Temos nesse contexto, uma força destinada à manutenção da ordem e mediação de conflitos, muito próximo do que se entende por polícia, em seu registro oficial mais antigo (Ege, 2017, p.20).



Imagem 2: possível aparência do quadrilheiro²

Assim, considerando os quadrilheiros como os precursores dos policiais brasileiros, poderíamos definir uma outra data para marcar a origem da Polícia Militar, isto é, o dia 24 de outubro de 1626. Foi nesse dia que o Ouvidor Geral Luiz Nogueira de Brito instaurou o policiamento colonial, determinando que os quadrilheiros fossem instituídos no Rio de Janeiro para que se garantisse a segurança interna da capitania.

A importância dos quadrilheiros na manutenção da ordem, que é hoje atribuição da Polícia Militar, também é salientada por Francis Albert Cotta na conclusão de seu trabalho *Os Quadrilheiros no Caleidoscópio: Um exercício de história comparada – Portugal, Brasil e Peru* (2012). Segundo este autor, “atuando no meio urbano ou rural, atrelados ou não aos alcaides, recebendo ou não pelas atividades, todos os quadrilheiros tinham em comum a manutenção da ordem” (Cotta, 2012, p.6). Ainda de acordo com Cotta, o esforço do Ouvidor Geral para garantir a segurança interna da cidade do Rio de Janeiro não foi plenamente satisfeito e a Câmara Municipal tinha dificuldades para assegurar a determinação:

² Imagem disponibilizada em www.umabrevehistoriadapolicia.blogspot.com

Na correição de 1730 o Senado da Câmara do Rio de Janeiro informava ao Ouvidor que já tinha tomado providências a respeito dos quadrilheiros, com a diferença só de lhes dar os nomes de capitão-do-mato por entenderem que talvez com este nome se facilitariam a aceitação do ofício. O Ouvidor, descontente, renovou a necessidade da existência de quadrilheiros para a cidade, ordenando o cumprimento da lei. Fato que ainda se repetiu na correição do ano seguinte, quando mandou também que se nomeasse um quadrilheiro em cada freguesia do termo da cidade com poder para prender escravos fugidos e roubadores, pagos da mesma forma que os capitães-do-mato. (Cotta, 2012, p.5).

Essa equiparação dos quadrilheiros com os capitães-do-mato, que pode ser acionada ainda hoje em alguns discursos pretensamente históricos sobre a origem da Polícia Militar, é extremamente infeliz. Esses discursos, que acabam apresentando os policiais militares como descendentes funcionais diretos dos capitães-do-mato, fomentam uma visão negativa da instituição. Transmutada para o presente, essa comparação anacrônica faz do policial militar um capitão-do-mato contemporâneo que persegue e captura os jovens negros nas cidades brasileiras, principalmente nas favelas cariocas.

A instituição dos quadrilheiros existiu até 1808, quando os assuntos relativos à segurança pública foram colocados a cargo da Intendência Geral de Polícia da Corte e do Reino, instituição criada pelo alvará de 10 de maio de 1808. D. João VI nomeou o brasileiro Paulo Fernandes Viana, que já prestava serviços à corte em Portugal, para o cargo de Intendente Geral.

Com a vinda da família real para o Brasil e a abertura dos portos do Rio de Janeiro, a população da cidade aumentou consideravelmente e o tipo de policiamento existente até então era incapaz de atender a nova realidade social. Em busca de uma solução, no dia 13 de maio de 1809, data que a PMDF reconhece como sua origem, o Príncipe Regente D. João VI criou, por decreto, a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro (DMGRP).

Essa nova instituição era organizada por um Estado-Maior e companhias de infantaria e cavalaria. Seus integrantes estavam subordinados ao Intendente Geral. Os oficiais possuíam relacionamento direto com a administração recém

instalada. Seu primeiro comandante, José Maria Rebello de Andrade, havia comandado a congênera portuguesa e veio para o Brasil com a Família Real em 1808. Os policiais mais subalternos, equivalentes às praças da atual PMDF, eram “recrutados nos estratos sociais mais baixos, oriundos das camadas livres e pobres da sociedade, sendo alguns escravos fugidos que encontravam nesse trabalho melhores condições de vida e algum tipo de proteção” (BRETAS, 1998, p. 2-5 *apud* Arquivo Nacional, Memória da Administração Pública Brasileira, 2016).

A semelhança entre as atribuições da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (DMGRP) e as da atual PMDF demonstra uma continuidade na atividade de policiar. Essa continuidade é resultado da necessidade de garantir a manutenção da ordem pública (atribuição existente também desde os quadrilheiros). A manutenção da ordem pública é a mais importante característica do trabalho policial militar atual e é essa marca que melhor descreve a atividade de policiar ao longo dos séculos no Brasil.

A partir de 1809, com a criação da DMGRP, percebe-se uma marca predominantemente militar no trabalho da polícia, que desde então, passou a ter comandantes militares oriundos do Exército. No entanto, não era esse o caso com os quadrilheiros, que além de serem civis, eram nomeados pela Câmara Municipal e estavam subordinados ao Alcaide.

Querer marcar o início do policiamento no Brasil utilizando a criação da DMGRP significa adotar um claro viés militar que limita consideravelmente a profundidade histórica da instituição policial no país. A relação entre Exército e Polícia Militar é importante e existe desde a criação da DMGRP, mas como ficará claro no capítulo 2, as características do trabalho dessas duas instituições são bastante diferentes. A PMDF só deixou de receber oficiais do Exército Brasileiro e passou a ter seus oficiais formados em sua própria academia, há menos de 30 anos.

Conforme observado por Gláucia Pessoa, não houve, na verdade, uma continuidade institucional entre a Guarda criada por D. João VI e a PMDF, pois a DMGRP foi extinta em 17 de julho de 1831,

depois de 20 anos atuando como uma força policial militarizada no patrulhamento urbano, na proteção do patrimônio público e à propriedade, no controle e repressão da população escrava e dos comportamentos considerados indesejáveis à segurança e à ordem públicas então vigentes (Pessoa, 2015, p.2).

Ela foi substituída pelo Corpo de Guardas Municipais Permanentes (CGMP), criado por Diogo Antônio Feijó e subordinado ao Ministério da Justiça. As atribuições dessa guarda eram semelhantes às da extinta DMGRP com relação à manutenção da ordem pública. As praças continuavam tendo a sua origem nas camadas mais pobres, porém agora possuíam melhor remuneração e não recebiam mais açoites como forma de punição por transgressões disciplinares.

Cabe ressaltar aqui, um traço comum na história das guardas militares no país. Embora vistam a mesma farda e existam poucas diferenças aparentes entre oficiais e praças, essas duas categorias sempre tiveram características próprias. Enquanto os oficiais, oriundos do Exército, possuíam maior interação com autoridades civis devido a ocupação de cargos de comando, as praças, originárias das camadas mais pobres da população, destinadas ao trabalho fim da instituição, acabaram por ter uma interação restrita com os usuários do sistema público de segurança. Essa diferença entre oficiais e praças ainda é visível atualmente, principalmente com relação as interações sociais, mas tem se tornado menos profunda nos últimos anos. Desde 2009, por exemplo, a PMDF exige nível superior para o ingresso em seu quadros, o que levou outros extratos sociais a compor o quadro institucional das praças.

A relação entre as novas guardas e o Exército se manteve, já que este fornecia os oficiais que comandavam as forças policiais. A guarda criada pelo Regente Feijó teve, por exemplo, como comandante o então coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, hoje patrono do Exército Brasileiro. Essa prática de nomeação continuou ao longo dos anos. Somente na década de 1990, a PMDF começou a formar os oficiais na sua própria academia.

Nos anos iniciais da existência dos Corpos de Guarda Municipais Permanentes, os guardas ainda eram poucos e o Exército também fazia o policiamento das ruas através da sua Guarda Nacional. Com o passar do tempo, o corpo policial se estruturou e, no segundo reinado (1840-1889),

o Corpo de Guardas Municipais já havia se transformado num instrumento de coerção nas mãos do Estado, atuando não só nas tarefas ligadas ao policiamento urbano, mas também como força armada no combate aos opositores do regime e em casos de guerra. (Pessoa, 2015, p.4).

Antes de 1889, o CGMP passou a se chamar Corpo Policial da Corte. Com a Proclamação da República, que ocorreu neste mesmo ano, os estados conquistaram mais autonomia e transformam seus Corpos de Guardas Municipais Permanentes em pequenos exércitos. Esses exércitos precisavam ser capazes de fazer frente ao poder central de forma a garantir a sua emancipação e garantir a independência política.

Os Corpos Policiais passaram a ser chamadas de “Brigadas” ou “Forças Públicas”. Elas se profissionalizaram militarmente e aumentaram seu poder bélico. Em 1906, a Força Pública de São Paulo, por exemplo, chegou a possuir aviões de combate (mesmo antes da criação da Aeronáutica em 1941) e recebeu instruções de oficiais do exército francês.

As Forças Públicas ou Brigadas também se organizaram fortemente com base na hierarquia e disciplina e passaram a receber remuneração regular. Seus integrantes deixaram de ter outras ocupações, dedicando-se exclusivamente ao serviço policial. Entre essas forças, podemos destacar a Força Pública de São Paulo e Minas Gerais e as Brigadas do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal.

Em novembro de 1920, pelo decreto 14.477, a então Brigada Policial do Distrito Federal passou a se chamar Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). Nessa época, ela ainda atuava no Estado da Guanabara, parte do atual Estado do Rio de Janeiro.

Assim, qualquer história que busque definir um marco preciso para a criação da PMDF deve ser relativizada. Se levarmos em conta os quadrilheiros, a instituição data do período colonial. Se usarmos a data que a instituição

geralmente considera como seu marco de origem, isto é, a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia no Rio de Janeiro, ela possui, atualmente, 209 anos. No entanto, se considerarmos a data em que ela recebeu sua atual designação, tem 98 anos. Uma outra data ainda pode ser considerada, isto é, o ano em que a PMDF começa a operar em seu formato atual em Brasília, o que ocorreu em 1966. Neste último caso, são 52 anos de atividade da PMDF no Planalto Central.

Realizando uma pesquisa sobre a história da corporação em 2016, procurei um capitão da Reserva da PMDF que é muito querido dos seus companheiros que vieram do Rio de Janeiro para iniciar as atividades da PMDF em Brasília. Com seus mais de 80 anos de idade e uma lucidez invejável, o capitão E. concordou em participar de uma entrevista. Nessa ocasião, contou-me que havia decidido ser policial militar quando ainda era criança no Rio de Janeiro:

“Lá pelos anos 40, eu estava assistindo a uma apresentação de uma banda de música, na praça próxima à minha casa. A banda tocava muitas músicas bonitas. Todos os componentes da banda estavam usando uniforme. Um homem chegou e começou a importunar as pessoas, começou a falar alto e ameaçar. Um dos músicos deixou seu instrumento, veio e prendeu o homem. Foi essa atitude de coragem do policial que me fez decidir: é isso que eu quero ser”. (Entrevista com o capitão E. / outubro de 2016)

Meu interlocutor prosseguiu descrevendo a mudança da corporação para Brasília, da qual ele participou. Em fevereiro de 1966, relatou que estava dentro de um ônibus com outros colegas, saindo do Rio de Janeiro em direção a Brasília. Na bagagem poucos pertences além da farda cáqui com marrom, talabarte e o revólver calibre 38. Segundo ele, “alguns já possuíam pistolas da marca alemã Mauser”. O ônibus trazia os “optantes”, ou seja, os primeiros policiais que optaram por deixar a Polícia Militar da Guanabara para fundar, definitivamente, o primeiro batalhão da Polícia Militar no novo Distrito Federal. O capitão E. contou-me sua primeira impressão da nova capital da República:

“O ônibus parou em frente ao prédio de madeira onde ficaríamos instalados. Esse prédio ainda está lá no Setor Policial Sul, onde funciona a Polícia Federal. O nosso comandante, ao descer do ônibus, comentou: esse prédio de madeira parece um forte Apache. O nome pegou na mesma hora e ficou sendo assim chamado, até que mudássemos definitivamente para a sede do Primeiro Batalhão, local onde hoje funciona a Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB)”. (Entrevista com o capitão E. / outubro de 2016)

Pela lei nº 3752 de 14 de abril de 1960, o antigo Distrito Federal, chamado então de Estado da Guanabara, passou a assumir também os serviços e o pessoal dos órgãos encarregados do policiamento do atual Distrito Federal. Esses órgãos, ao serem implantados em Brasília, tinham sua origem específica na Guanabara e não genericamente no Rio de Janeiro. Inicialmente, os policiais vieram fazer o policiamento de trânsito nas ruas de Brasília. Um dia após a chegada, já estavam dispostos na avenida W3 sul, que era o local de maior movimento do comércio e de um crescente povoamento, tanto nas quadras residenciais quanto fora delas.

O Primeiro Batalhão foi concluído e recebeu o nome de Batalhão Pioneiro. Ele organizava o policiamento das ruas da nova capital. Ônibus e jipes espalhavam diariamente os policiais pelas mais diversas localidades do Plano Piloto. Neste período, tanto as praças quanto os oficiais vinham da Polícia Militar da Guanabara, porém, o recrutamento seguia o padrão que se estabelecera na história militar da polícia: praças oriundas das classes mais pobres e os oficiais oriundos do Exército Brasileiro.

A construção do Batalhão Pioneiro ocorreu com a ajuda de um grupamento de policiais militares que possuía também outras qualificações profissionais. Eram técnicos, mecânicos, eletricitas, artífices, pintores e cozinheiros. Eles chegaram em Brasília em janeiro de 1966 e eram conhecidos como integrantes do pelotão percussor. Segundo o meu interlocutor, os policiais, nesse começo do policiamento de Brasília, chegaram a atuar em movimentos de trabalhadores locais que reivindicavam melhorias e garantias trabalhistas.

A população crescia e a PMDF precisava aumentar sua área de atuação para cumprir seu papel de mantenedora da ordem pública em todo o Distrito Federal. Rapidamente, a presença da PM se fez necessária na Candangolândia e no Núcleo Bandeirante em razão de episódios de violência que surgiam nesses lugares devido ao rápido aumento populacional.

Taguatinga era outra região com uma população crescente. Em 1958, Taguatinga foi reconhecida como cidade, antes mesmo da inauguração da nova capital, e recebeu o segundo Batalhão, também chamado de Batalhão Dois de Ouro. O terceiro batalhão foi construído na Asa Norte, próximo ao Palácio do Buriti e o Autódromo Internacional. Este ficou responsável pelo policiamento de toda a parte norte do Distrito Federal.

Com a construção da nova capital, a PMDF passou por muitas mudanças internas. Teve um aumento consequente de seu efetivo e diversos órgãos foram criados para gerenciar os batalhões. Na próxima seção, apresentarei a atual organização interna dessa instituição que permanece parcialmente desconhecida da população.

Conversando com os policiais sobre a história da PMDF, verifiquei que eles raramente fazem referência a este processo histórico da corporação. Quando falam sobre a história, utilizam geralmente o ano de 1809 do discurso oficial. A implantação da corporação em Brasília também é raramente mencionada. Os policiais militares possuem um conhecimento bastante precário da história da instituição, eles se preocupam muito mais com a realidade atual da corporação e com sua missão.

Enquanto instituição, a Polícia Militar costuma ser criticada por vários setores da sociedade brasileira. Alguns defendem simplesmente sua extinção por considerá-la arcaica e violenta. Outros, mais moderados, pregam a unificação das polícias. Na PMDF, não percebi qualquer possibilidade de se colocar fim às suas atividades, principalmente pela necessidade ininterrupta de sua presença nas ruas do Distrito Federal. Em seu *métier*, os policiais militares demonstram grande interesse em se adaptar a novas situações e encarar novos desafios ligados ao trabalho policial.

1.2 – Organização da PMDF e o ideal de ordem

O ideal da missão de manutenção da ordem pública reflete todo o trabalho policial, da época dos quadrilheiros até os dias atuais. No entanto, ele não está presente somente na história. O ideal de ordem também se manifesta na organização da própria instituição e no seu modo de funcionamento.

No muro interno de um dos pavilhões do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMDF, localizado em Taguatinga Norte, de frente para o pátio central, onde os alunos “entram em forma” antes do início das instruções, foi pintada a seguinte frase: “as palavras convencem, mas só o exemplo arrasta”. Esta frase demonstra que a instituição preza não só pela ordem pública, mas também pela ordem interna.

Na organização interna, a ordem atua como direcionadora para a disciplina e o respeito à hierarquia. Na estrutura da PMDF, cada indivíduo e cada órgão possui um papel definido, passível de fiscalização pelos superiores e pela justiça. Por isso, é importante entender as referências legais do trabalho da instituição e suas características organizacionais. Isso nos auxiliará na compreensão da dinâmica de funcionamento de toda a estrutura policial militar e do ideal de ordem, intrínseco à instituição e aos seus membros. Se os atributos externos da instituição, como símbolos, fardas, viaturas e até os costumes de seus integrantes nos parecem comuns, é importante compreender o que acontece dentro da instituição para que se possa dar início ao processo de familiarização com o modo de ser e de pensar dos policiais militares.

A PMDF é um órgão permanente de segurança pública, organizado com base na hierarquia e na disciplina. Faz parte do poder executivo do Distrito Federal e está vinculado ao Exército Brasileiro (EB) como força reserva auxiliar. Seu reconhecimento contemporâneo como parte integrante do Governo está baseado em algumas leis sancionadas ainda no período do regime militar (1964-1985) e que continuam em vigência.

Em termos legais, a organização básica da polícia militar contemporânea foi regulamentada, inicialmente, pela lei 6450 de 1977. Essa lei foi recebendo sucessivas mudanças, em 1986 com a lei 7.457, em 2009 com a lei 12.086, em

2010 com o decreto 31.793 e, por último, em 2016 com o decreto 37.321 de 06 de maio.

No organograma da instituição percebemos que a PMDF está estruturada em Comando-Geral, Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução. O Comando-Geral compreende o Comandante-Geral, o Subcomandante-Geral, o Estado Maior, os Departamentos, as Diretorias e as Comissões.

O Estado Maior é um órgão de planejamento estratégico e possui 10 seções. O Gabinete do Comando Geral (GCG) é um órgão de apoio ao Comando-Geral, assim como o Centro de Inteligência, a Secretaria de Relações Institucionais, o Centro de Comunicação Social e o Centro de Políticas Públicas (CPP) – identificado como CPCDH no organograma institucional de 2010 – o mais atual disponível no site da corporação.

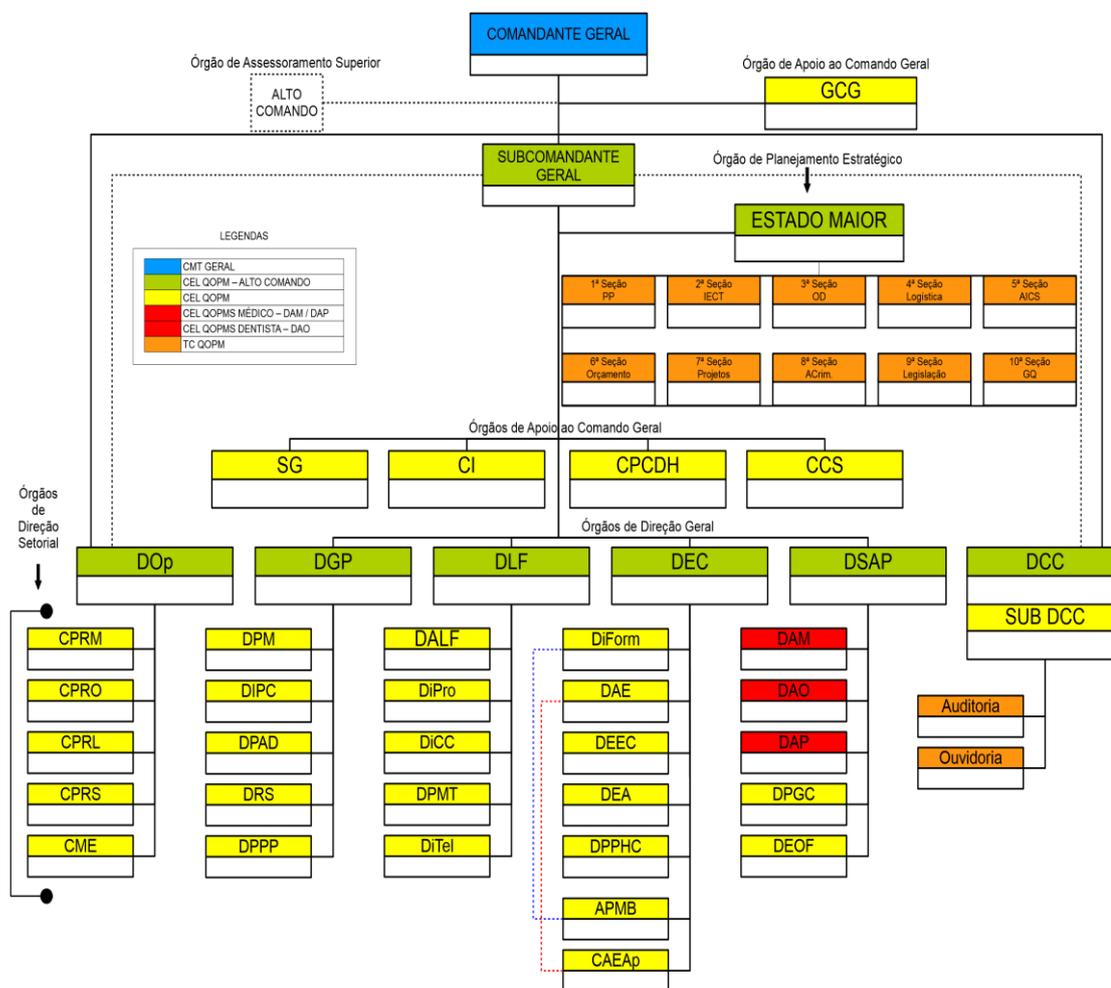


Imagem 3: Organograma da PMDF do ano de 2010

São seis departamentos: Departamento de Educação e Cultura (DEC) – onde existe uma diretoria dedicada à pesquisa científica da/na corporação; Departamento de Gestão de Pessoal (DGP); Departamento de Logística e Finanças (DLF); Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal (DSAP); Departamento Correccional (DCC) – cuja atividade é a de corregedoria, e o Departamento Operacional (DOP). Esse último, juntamente com todos os órgãos de execução vinculados a ele, é responsável pela atividade de policiamento em todo o Distrito Federal.

O DOP é a “autoridade competente” – na letra da lei – para planejar o policiamento ostensivo da corporação. Atua diretamente nos órgãos de execução, que são os Comandos de Policiamento Regionais (CPRs). Os CPRs são responsáveis por regiões, os batalhões (BPMs) por áreas (numa ordem hierárquica interna, do maior para o menor grau).

A característica “ostensiva” faz referência literal ao termo, já que a PMDF ostenta o fardamento, a arma, as viaturas, enfim, se fazem visível como polícia. Esta característica, exclusiva das polícias militares, cumpre o que está disposto na mesma lei que a organiza:

Compete à Polícia Militar do Distrito Federal executar com exclusividade, ressalvada as missões peculiares das forças armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, afim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos” (Art. 2º da lei nº 7457 de 1986)³

Os órgãos de apoio são responsáveis pelo atendimento das necessidades de saúde, ensino, logística, pessoal e finanças da instituição, sendo responsáveis pelas atividades-meio ou de suporte.

Além dos órgãos de apoio ao Comando-Geral citados acima, existem órgão de apoio subordinados ao DOP, ao DEC, ao DLF, ao DSAP e ao Comando de Missões Especiais, perfazendo um total de 12 centros (manutenção, médico, de treinamento e especialização, etc.), uma academia (Academia de Polícia

³ Lei catalogada no site da Câmara dos Deputados, através do seu Centro de Documentação e Informação. Disponível em www2.camara.leg.br

Militar de Brasília), dois gabinetes, um colégio (Colégio Militar Tiradentes) e uma secretaria.

Quanto aos órgãos de execução, que como vimos estão subordinados ao DOp, existem os seguintes Comandos de Policiamento Regionais que dividem o policiamento do DF em regiões: CPRO e CPRO II (oeste), CPRM e CPRM II (metropolitano), CPRS e CPRS II (sul), CPRL e CPRL II (leste).

Outros comandos não são regionais, pois atendem o policiamento em todo o Distrito Federal com nível operacional especializado. São estes o Comando de Missões Especiais (CME), o Comando de Policiamento de Trânsito (CPTran), o Comando de Policiamento Escolar (CPEsc) e o Comando de Policiamento Ambiental (CPAm).

Os batalhões, ou batalhões de área, ou ainda, quartéis da PM, são as Unidades Policiais Militares (UPMs) mais conhecidas da população por estarem em contato contínuo com as pessoas nas regiões em que atuam. Essas unidades têm suas sedes localizadas dentro dos bairros habitacionais, como é o caso, por exemplo, do sétimo batalhão (Sudoeste), oitavo batalhão (Ceilândia) e décimo primeiro batalhão (Samambaia).

Alguns batalhões são responsáveis por áreas geográficas específicas e são subordinados aos CPRs. A título de exemplo, podemos elencar alguns batalhões e suas respectivas áreas: 1ºBPM – Asa Sul; 2ºBPM – Taguatinga; 3ºBPM – Asa Norte; 24º BPM – Lago Norte, Varjão e Taquari; 26º BPM – Santa Maria.

Outros batalhões são subordinados ao CME e não possuem área geográfica determinada. Eles são caracterizados como “batalhões especializados”. Desse tipo, temos: o Batalhão de Policiamento de Choque (BPChoque), o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães), o batalhão de Patrulhamento Tático Motorizado (ROTAM), o Batalhão de Aviação Operacional (BAVOp), o Batalhão Judiciário (12º BPM) e o Regimento de Polícia Montada (RPMon), atuantes em todo o Distrito Federal.

É importante observar que todos esses órgãos da PMDF se mantêm em funcionamento respeitando uma cadeia hierárquica definida, que só pode ser

alterada por força de lei. Por isso, cada um conhece seus limites e não pode extrapolar suas atribuições. Essa ordem exerce pressão sobre todos os órgãos e mantém a corporação coesa.

Para exemplificar, lancemos mão do policiamento da UnB. A Companhia de Policiamento da UnB está subordinada ao 3º BPM, que está subordinado ao CPRM que, por sua vez, está subordinado ao DOp, que faz parte e está subordinado ao Comando Geral.

Nas manifestações populares, todos os batalhões de área integram o policiamento juntamente com os batalhões especializados. É importante notar que o sexto batalhão tem característica peculiar. É o batalhão cuja área de responsabilidade é exatamente a Esplanada dos Ministérios e possui um grupamento em prontidão diuturnamente. No total, a PM conta com 42 batalhões.

Cabe ressaltar que existem outros dispositivos jurídicos que definem e organizam a existência da PM. A lei 667 de 1969 (modificada pela lei 2.010 de 1983), por exemplo, define as competências das Polícias Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, bem como sua atuação em caso de guerra declarada. A lei 7289 de 1984 dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do DF e a Carta Magna de 1988 define o papel da Polícia Militar em todo território brasileiro. Alguns artigos dessas leis sofreram pequenas alterações, porém, muitos ainda permanecem com o texto original. Sem entrar nos detalhes dessa legislação, gostaria de salientar três aspectos que considero suficientes para o alcance desse trabalho e que possibilitam um panorama mínimo da legalidade das atividades da Polícia Militar:

- 1- A Polícia Militar do Distrito Federal, instituição permanente, fundamentada nos princípios da hierarquia e disciplina, essencial à segurança pública do Distrito Federal e ainda força auxiliar e reserva do Exército nos casos de convocação ou mobilização, organizada e mantida pela União, subordinada ao Governador do Distrito Federal, destina-se à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública no Distrito Federal. (Art. 1º da lei 6450 de 1977)⁴

⁴Lei catalogada no site da Presidência da República, através da subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil. Disponível em www.planalto.gov.br

- 2- ...Compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições: b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das forças armadas (decreto-lei 2010 de 1983)⁵
- 3- A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: ...V – polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Art. 144 da Constituição Federal)⁶

Todo esse aparato legal é fundamental na medida em que também participa do ideal de manutenção da ordem. Toda a organização interna da PMDF é pautada por uma ordem que procura manter a coesão institucional e engendra, nos seus integrantes, o reconhecimento de uma hierarquia entre os órgãos internos, além da tradicional hierarquia entre os postos (ou entre as “patentes”) que define e delimita, no imaginário policial, um conceito próprio de obediência a uma autoridade superior.

A hierarquia entre os indivíduos está pautada em duas carreiras, a de oficiais e a de praças. A carreira de oficial tem precedência hierárquica sobre a de praças. Um tenente recém-formado na APMB é superior hierárquico de um sargento ou subtenente, mesmo que este já tenha muitos anos de trabalho na instituição.

Este conceito de obediência, formado no imaginário policial, é aplicado também em outros âmbitos. Por exemplo, ele também se estende aos órgãos dos poderes republicanos: Executivo, Legislativo e Judiciário Federal. O policial deve, portanto, reconhecer e obedecer à autoridade, à lei, não só em sua

⁵ Lei catalogada no site da Presidência da República, através da subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil. Disponível em www.planalto.gov.br

⁶ Lei catalogada no site do Senado Federal, através da Atividade Legislativa. Disponível em www.senado.leg.br

instituição, mas também reconhecê-la nos outros órgãos republicanos do Estado.

Os policiais militares têm ciência do valor das instituições do Governo Federal, que funcionam na Esplanada dos Ministérios, e da relação de respeito que lhes devem dispensar. Eles sabem que, por suas atribuições legais, seu trabalho deve “assegurar o exercício dos poderes constituídos”. Uma afronta a esses órgãos, que pode ocorrer durante as manifestações populares, atenta contra o trabalho policial e esse ideal de ordem.

No imaginário policial, um atentado contra os órgãos federais, como a depredação de um ministério por exemplo, pode afetar a normalidade do exercício dos poderes constituídos e desencadear uma resposta repressiva da PM. Do ponto de vista do policial, essa resposta não só será legal, em termos jurídicos, mas também considerada normal em termos éticos, pois trata-se de uma ação legítima e absolutamente necessária para reestabelecer o ideal de ordem que foi perturbado.

Outras eventuais atitudes violentas dos manifestantes, como o lançamento de pedras, foguetes ou flechas contra os policiais, são vistas pelos policiais como atentados aos valores cívicos de respeito à autoridade que eles dispensam não só a sua própria instituição, mas também às outras instituições federais.

Portanto, o ideal de ordem do pensamento policial militar está intimamente relacionado ao respeito que esses policiais devem ter pelas instituições e pela lei. Da mesma forma, eles esperam que os cidadãos que protestam contra o governo, qualquer que sejam suas frustrações e reivindicações, tenham o mesmo respeito pela polícia, pelos poderes constituídos e pela lei.

Nas manifestações, se um grupo de pessoas desrespeita as normas legais existentes, os policiais precisarão intervir para garantir a manutenção da ordem. Assim, quando a situação normal de ordem e respeito se degenera, o confronto se torna inevitável. Uma frase que ouvi repetidamente durante a minha pesquisa, se referindo tanto aos protestos indígenas como a outras manifestações, foi: “como eles querem que as reivindicações deles virem lei, se eles mesmos não respeitam a lei?”

A segurança pública é um preceito legal. É dever do Estado garantir a segurança, mas esta segurança também é um direito e uma responsabilidade de todos. Assim, os policiais me questionaram como deveriam cobrar a responsabilidade de todos durante manifestações populares. Como me disse um policial: “as pessoas não se lembram que elas também são responsáveis pela segurança das outras nas manifestações”.

O tratamento do policiamento nas manifestações indígenas será objeto do capítulo 4. No entanto, desde já, gostaria de citar uma frase que foi registrada durante o meu trabalho de campo com os grupos focais e que resume o pensamento dos policiais militares sobre essas manifestações específicas:

“Ir para a manifestação indígena é realmente como ir para uma guerra; uma guerra desigual porque você sabe que pode morrer com uma flechada. De um lado, tem o “exército” dos índios que não responde criminalmente ou administrativamente por nenhum de seus atos e, do outro, nós, cobrados de todos os lados”. (policiais em uma discussão do grupo focal, janeiro / 2018).

Colocados na condição de zeladores de pessoas e instituições, do sossego e do patrimônio público e privado, os policiais atuam contra o crime e em defesa da lei e da ordem. Podendo, constitucionalmente, se juntar ao Exército Brasileiro em caso de guerra declarada pelo Brasil. Assim, o ideal de ordem está presente na cultura policial. Ele faz parte da assimilação que os policiais fazem do seu próprio papel como mantenedores da ordem. Durante a pesquisa, foi possível verificar que eles não se posicionam contra as manifestações na Esplanada dos Ministérios, mas sim contra os episódios que provocam desordem, violência e ataque aos bens jurídicos pelos quais eles devem zelar.

Na maioria das vezes, as investidas contra os policiais militares nas manifestações não são consideradas pelos próprios policiais como ataques pessoais, mas sim ataques à instituição responsável pela ordem. Obedecendo a uma estrutura legalmente constituída, eles consideram ter o dever de cumprir

com seu trabalho. O ataque a um policial significa um agravo contra seu trabalho e contra a lei.

As informações que pude coletar, tanto nos grupos focais, como nas entrevistas revelam que os policiais possuem pleno conhecimento das críticas negativas que recebem da sociedade nos episódios de policiamento nas manifestações. Embora lamentem essas críticas e dizem esperar um maior reconhecimento da sociedade, eles garantem atuar de forma independente de qualquer julgamento externo, orientados somente pelo ideal de manutenção da ordem e de respeito às leis e à hierarquia dos poderes republicanos.

Durante os trabalhos de pesquisa com um grupo focal no BPChoque, um policial exemplificando as dificuldades do seu trabalho com a incompreensão por parte da comunidade acadêmica da UnB sobre o seu ofício, me indagou da seguinte forma:

“O que o pessoal da UnB espera que a gente faça? Você que está lá, me diz! Como que é pra gente agir na opinião deles? Nós que estamos tomando flechada lá é que sabemos como é complicado!” (policial militar, janeiro / 2018).

Ao falar da história da instituição policial, Cláudia Mauch também salientou a importância de sua relação com a ordem e a relativa independência profissional que ela vem adquirindo:

(...) a instituição policial adquire uma certa autonomia na sua relação com a sociedade, deixando de ser simples executora de políticas do Estado ou das elites ou classes dominantes, já que esses não detêm total controle sobre suas atividades. Conforme Chevigny (1995), a polícia não somente mantém a ordem: ela reproduz a ordem e, ao fazê-lo, também a representa e a interpreta, podendo ter o poder de influenciá-la. Esses estudos foram fundamentais para que a polícia deixasse de ser vista apenas como parte da administração pública ou “braço armado” do Estado com funções previsíveis de repressão e imposição da lei. Em suma, a “desnaturalização” da instituição policial e das formas como se relaciona com a sociedade, bem como o

reconhecimento e a busca da sua historicidade, foram essenciais para sua constituição como objeto de estudo por parte dos historiadores desde o fim dos anos 60 (Mauch, 2007, p. 109).

A origem da PMDF não é a sua característica mais marcante. Como procurei mostrar ao longo deste capítulo, em função dos eventos selecionados, podemos situar seu nascimento em 1626, 1809 ou 1966. Qualquer que seja a data escolhida para marcar sua origem, é importante ressaltar que o ideal de manutenção da ordem pública sempre esteve presente e continua se mantendo na história da instituição. Manter a ordem é uma constante da história da PMDF. Foi com essa aspiração que o Ouvidor-Mor instituiu o trabalho dos quadrilheiros no Brasil Colônia, com ela que o Intendente-Geral criou a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia e foi também guiado pelo mesmo ideal que o Comandante Geral da Polícia Militar da Guanabara fez a transferência da PMDF para o Planalto Central.

Internamente, a instituição reproduz essa ordem na sua forma hierárquica de organização, bastante complexa. O regime interno militarizado, a necessidade de obediência ao superior, a importância de “dar o exemplo” ou ainda o respeito aos ordenamentos jurídicos que sustentam sua existência são alguns exemplos dessa importância da ordem. Mas a exigência da ordem não se limita aos muros da caserna e à instituição em si.

A ordem deve perpassar a organização da sociedade como um todo. Ela é essencial para assegurar o bom funcionamento dos diferentes poderes do Estado Democrático de Direito e garantir à população a paz social. Assim, o ideal de manutenção da ordem pública marca, interna e externamente, a existência da polícia, assim como marca profundamente os próprios policiais, homens e mulheres encarregados de garantir a ordem.

Ao longo dos séculos, a existência da PMDF passou por muitas transformações para se adequar às circunstâncias sócio históricas. Formas de pensar, de agir e de se organizar se sucederam no tempo, mas sempre foram guiadas por esse ideal de ordem.

Capítulo 2: A alternância das identidades na PMDF: policiais e militares

Assim como a história e a organização da corporação eram parcialmente desconhecidas até empreendermos este estudo, a identidade dos policiais militares parece ser da mesma forma ignorada. Por se tratar de um processo mais pessoal, resultante de vivências exclusivas que começam nos cursos de formação e que não são compartilhadas fora da instituição, a identidade policial militar é muitas vezes descrita e explicada por outros, sem a participação dos próprios atores.

Neste capítulo, tratarei da identidade dos policiais militares. Procurarei entender como é ser policial e, ao mesmo tempo, militar. Para tanto, levarei em consideração suas opiniões acerca de diversas questões, entre elas a escolha pela profissão, a vivência no militarismo, os treinamentos militares nas academias de polícia e o trabalho nas manifestações públicas. Como forma de compreender a característica militar da PMDF, traço apontado muitas vezes como causa de sua combatividade, faço uma análise da influência do termo “militar” no trabalho de manutenção da ordem pública e das relações entre Polícia Militar e Exército Brasileiro.

Por sua dupla característica de policial e militar, a PM causa certa estranheza na população e existe uma confusão acerca da identidade de seus integrantes. Alguns grupos civis demandam a extinção da polícia militar ou desaprovam suas ações “militares” de manutenção da ordem pública justamente por ver nela uma origem comum com o Exército.

Diante dessa ambiguidade, alguns questionamentos são oportunos: os policiais militares se identificam como policiais ou como militares? Seus treinamentos são iguais ao treinamento dos integrantes das Forças Armadas que devem estar preparados para a guerra? Na ótica dos PMs, as pessoas da comunidade são inimigos que devem ser combatidos? Os infratores da lei devem ser abatidos?

As respostas para estas questões são intrigantes e se revelaram um importante exercício de participação observante. Pude coletar muitas

informações, tanto nos momentos em que eu era reconhecido por meus nativos como pesquisador e não como policial, quanto no dia-a-dia, quando tenho contato constante com meus colegas de trabalho.

Dentre as inúmeras situações observadas ao longo da pesquisa, percebi que os policiais militares compreendem sua profissão como essencialmente policial e indicam o militarismo como uma forma de administração e fiscalização indissociável da vida profissional e, muitas vezes, da vida particular.

Ser militar já faz parte de sua identidade profissional, seja pelo uso da farda, seja pela forma de relacionamento com outros policiais ou ainda pela capacidade de trabalhar sob a tensão da vigília nos mais diversos horários e locais. Além disso, faz parte desse *ethos* o reconhecimento das exclusivas punições que só os militares podem sofrer em casos de desvio de conduta. Estas punições, somadas ao controle externo da atividade policial realizado pelo Ministério público, estão elencadas no Código Penal Militar (CPM) e no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

Outros traços institucionais se somam a essas características e influenciam a cultura policial, tais como a vivência interna sob um regime militar, em contraste com o resto da sociedade que vive num regime democrático, uma liberdade de expressão tutelada que não deve contrariar os interesses da instituição e a proibição do direito de greve.

Os policiais militares que trabalharam no Exército antes de ingressarem na PM, isto é, militares que se tornaram policiais militares, foram importantes interlocutores para a compreensão dos traços militares da polícia. Suas falas permitiram-me entender as especificidades da missão de cada instituição e o que efetivamente as diferencia.

Em aparente contrassenso, ao comparar o Exército e a PM, estes meus interlocutores fizeram referência a duas instituições militares. Justamente pelo fato das duas serem militares, poderíamos imaginar que as duas cumpriam suas atribuições da mesma forma. No entanto, explicaram-me que existiam diferenças importantes entre elas. Essas diferenças eram difíceis de serem percebidas pelos “de fora”, mas eles conseguiam identificá-las claramente.

Usando aqui o jargão dos meus nativos, ser militar é estar preparado para cumprir uma missão. É ter foco, disciplina, coragem, espírito de companheirismo e união. Nesse sentido mais abrangente da identidade militar, tanto faz ser militar das Forças Armadas ou da Polícia. Ambos possuem o mesmo *espírito*, a mesma capacidade de suportar adversidades e perigos, porém, aplicado em atribuições institucionais distintas.

Não é a identidade militar que assegura que um militar das Forças Armadas irá abater um inimigo. São as próprias circunstâncias da guerra que podem provocar esta ação. O militar precisa ter conhecimento destas circunstâncias e estar treinado para atuar nestes momentos extremos. Não se trata de uma identidade como causa de combatividade, mas sim como reflexo daquilo que a atividade fim introjeta na instituição e nos seus integrantes.

Desta mesma forma, pode ser analisada a identidade do policial militar, que está voltada para as atribuições de manutenção da ordem pública. Não é o fato de existir a qualificação “militar” na designação da atividade de policiar as ruas do Distrito Federal ou as manifestações públicas que faz com que essa atividade tenha uma correlação direta com a violência. São as próprias circunstâncias dos contatos promovidos pela atividade policial, isto é, as ocorrências policiais (e o que elas introjetam na instituição) que revelarão as ações do policial ou do grupo, que deve estar treinado tanto para as situações corriqueiras como para as extremas.

Como vimos, ao longo da história, o ideal de ordem é o fio condutor que sustenta a existência da corporação policial. Mesmo antes de qualquer intervenção militar na “Polícia”, já existia o ideal de ordem pública. Foi o caso da “instituição” dos quadrilheiros que foram policiais pioneiros e não eram militares. Este ideal de ordem está presente em qualquer instituição policial ligada ao Estado e destinada à segurança pública.

Um órgão exclusivamente militar, sem atividade definida, não existe. Por isso, rotulagens depreciativas baseadas somente na característica militar de uma instituição não se sustentam. Todo órgão militar tem primeiro uma atividade fim e depois a designação de sua natureza militar. Por exemplo, o Hospital Militar, o Instituto de Pesquisa Militar, o Colégio Militar, etc. Estes órgãos fazem

parte da estrutura de alguma instituição militar e esta, por sua vez, possui atribuições específicas (uma atividade fim) junto ao respectivo governo.

As Forças Armadas não possuem uma denominação militar, pois têm, desde a antiguidade, suas atividades balizadas pelo militarismo. As forças terrestres, marinhas e aéreas de qualquer país são “naturalmente” militarizadas e suas atividades-fim convergem para a proteção da nação. Assim, não há de se falar em Exército Militar ou Marinha Militar.

A Polícia Militar reúne em si dois ideais de ordem. Aquele presente na cultura policial oriundo da assimilação que os policiais fazem do seu próprio papel de mantenedores da ordem pública e a ordem interna rígida, fiscalizável e punível, oriunda da natureza militar. Estes dois ideais são indissociados (e não indissociáveis) e criam a identidade policial militar.

A característica militar só foi introduzida na prática policial em 1809, com a criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia (a primeira “Polícia Militar” do Império). Esse militarismo, trazido do Exército, aplicou suas regras e sua estética sobre o ideal de manutenção da ordem pública da polícia que lhe é anterior (quadrilheiros). A atual organização interna militarizada dificulta à sociedade o acesso tanto aos policiais militares quanto ao mundo do quartel.

Em 2018 foi declarada uma intervenção federal no Rio de Janeiro que causou certa desconfiança na população do país. Com o aumento da violência naquele Estado e a instabilidade política que o país experimentava nos primeiros meses do ano, parecia possível que tal intervenção fosse a primeira atividade de uma intervenção militar que, partindo do Ministério da Defesa em Brasília, instauraria um novo governo militar.

Tal desconfiança se dava pela movimentação de grandes contingentes militares e poucas mudanças na estrutura da Polícia Militar do Estado. Estávamos colocados frente a um caso onde policiais militares e militares do Exército estavam juntos e não era possível distinguir as diferenças em suas atribuições. Após certo período, o evento acabou sendo reconhecido por seu caráter real de intervenção federal na segurança pública, culminando na criação de um Ministério Extraordinário da Segurança Pública ao invés de um governo militar.

É perceptível que o termo “militar” pode ser empregado tanto pelo Exército como pela Polícia. O termo é, às vezes, interpretado pela sociedade com certo temor ou mesmo com certo preconceito devido às características do trabalho de proteção, segurança e combate de ambas instituições, como foi o caso da intervenção do Rio de Janeiro.

Esse preconceito, no seu sentido mais próximo de “desconhecimento”, também é perceptível nas referências mais corriqueiras sobre as identidades dos policiais militares. Estas referências acabam por imputar no grupo policial a característica militar e não uma identidade própria que, como vimos, está relacionada com sua história, sua organização, seu ideal de ordem e com as particularidades da atividade fim da instituição.

De forma a tentar minimizar as confusões criadas pelo termo “militar”, esta pesquisa prima tanto pela auto identificação dos policiais militares, exposta por eles em suas falas, quanto pelas razões que dizem impulsionar ou amparar suas ações.

O Exército Brasileiro não é reconhecido como polícia e a Polícia Militar não é reconhecida como exército. Os militares do Exército não possuem “poder de polícia” fora de casos específicos da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Os policiais militares não possuem instrução de operações em locais de guerra declarada, na selva ou manuseio de mísseis e, até dias atrás, não possuíam tanques de guerra militares transformados em blindados policiais.



Foto 4: O Exército entrega à PMERJ tanques de guerra transformados em blindados policiais.

Isso demonstra que mesmo que ambos estejam fardados, suas atribuições são diferentes. O policiamento ostensivo é atribuição exclusiva das Polícias Militares e a defesa do território nacional é exclusiva das Forças Armadas. Estas atribuições não são intercambiáveis, podendo somente ser justapostas.

Em momentos de crises agudas na autonomia de um Estado, como foi o caso do Rio de Janeiro, o Exército auxilia a Polícia Militar e, numa situação em que a crise seja ainda maior, como uma guerra envolvendo o Brasil, a PM será convocada para auxiliar o Exército Brasileiro.

Essa diferença de atribuições, que historicamente aproxima as instituições em momentos excepcionais de crise na soberania estadual ou nacional e as mantém cotidianamente separadas, serviu para intensificar o surgimento de duas culturas distintas: a militar e a policial.

Na antropologia, a cultura militar foi investigada de forma pioneira por Celso Castro e Piero Leirner (2009), logo após o fim do período ditatorial (1985). A cultura (e a atividade) policial começou a fazer parte dos estudos das Ciências Sociais desde os anos 1960, período no qual emergia, por um lado, as manifestações sociais como resposta às decisões do governo e, por outro, o aumento da criminalidade e do tráfico de drogas. Tanto as manifestações populares quanto o problema da criminalidade foram colocados a cargo da Polícia Militar. Isso nos remete às palavras do capitão E. que disse ter atuado em manifestações trabalhistas logo no início das atividades da PMDF em Brasília.

Mesmo que possamos querer transformar militares em policiais e policiais militares em militares, eles não se reconhecem nesse amalgama identitário. Cabe aqui o testemunho de um policial militar que se empenhou em responder minhas indagações sobre as semelhanças entre regulamentos militares da polícia e do exército:

“O que diferencia a Polícia Militar do Exército é o próprio militarismo. Para nós [Policiais Militares], o militarismo é apenas a forma de administração interna. Nosso trabalho é com a população, é ajudar as pessoas. Esse é o nosso combate diário, é diferente” (Sargento G. do Centro de Manutenção da PMDF, julho / 2017).

O Estado deve garantir a existência da Polícia Militar e das Forças Armadas através de previsão constitucional e da gestão dos necessários recursos materiais e humanos. Organizações armadas que não são reconhecidas por lei e que não estão sujeitas a regimes disciplinares estatais são conhecidas como organizações paramilitares ou milícias e devem ser combatidas pelo próprio Estado.

Assim, é possível perceber que o distintivo “militar” é exclusivo, sendo usado apenas em organizações de guarda e proteção vinculados ao Estado. Estas instituições possuem treinamentos e exercícios constantes, regimes disciplinares rígidos e são fiscalizadas pelo próprio Estado. O Exército está vinculado ao Governo Federal e as Polícias Militares estão vinculadas aos governos dos Estados e do Distrito Federal.

Existem diferenças nas formas de ingresso nas duas instituições militares tratadas nesta pesquisa. Ser obrigado a servir é uma possibilidade exclusiva no Exército Brasileiro. Muitos jovens se apresentam para o serviço militar obrigatório no ano que completam 18 anos. Não havendo excesso de contingente naquele período, todos esses jovens ingressarão no Exército como soldados.

As pessoas que pretendem entrar no Exército como alunos ao oficialato e que atingirão os postos de coronel ou general no final de suas carreiras prestam concurso para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), situada em Campinas (SP). Só assim poderão ingressar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde efetivamente realizarão o Curso de formação de oficiais.

Resolvi utilizar o Exército Brasileiro como exemplo por se tratar da instituição mais presente nas interações com a PM analisadas neste trabalho de pesquisa, mas devemos levar em conta que processos parecidos ocorrem nas outras instituições que formam as Forças Armadas Brasileiras, ou seja, na Marinha e na Aeronáutica.

No caso da Polícia Militar, o ingresso é possível exclusivamente por concurso público. Pelo que pude verificar ao longo da pesquisa, trata-se de um certame muito concorrido, onde as vagas são disputadas por homens e mulheres

com perfis variados, mas que, após o curso de formação e as experiências adquiridas com o trabalho, formam um grupo coeso.

Os que pretendem seguir a carreira de praças, que vai de soldado a subtenente, prestam o concurso para o cargo de soldado da PMDF, que contempla vagas para ambos os sexos com regras de idade mínima e máxima, exigência de curso superior em qualquer área, além de testes físicos e psicológicos.

Os policiais aprovados em todas as etapas frequentarão o Curso de Formação de Praças (CFP). A partir daí, ao longo da carreira, farão cursos de aperfeiçoamento que garantirão o ingresso no próximo nível hierárquico, por exemplo, de terceiro sargento para segundo sargento, etc.

Para o ingresso no oficialato, cujos postos da carreira vão de segundo tenente a coronel, o(a) candidato(a) deve possuir o bacharelado em direito. Após a sua aprovação no concurso público, deverá frequentar o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Ao longo da carreira, frequentará cursos de aperfeiçoamento para atingir os graus superiores. Todos os alunos da Academia de Polícia Militar de Brasília, onde é realizado o CFO, poderão atingir o último posto da carreira.

Até hoje, na PMDF, não se pode dizer que as praças possuem uma carreira que garanta que, ao entrarem como soldados, irão alcançar a graduação de subtenente. Eu conversei com muitos policiais que estavam por completar ou já haviam completado o período de trinta anos de serviço e que estavam prestes a entrar na reserva remunerada, sem atingirem a última graduação da carreira.

O militarismo atravessa, incólume, séculos de mudanças sociais e se adequa com grande eficácia aos labores belicosos. É um regime que rigidamente escolhe, molda e exige de seus integrantes atitudes tidas como ilibadas e honrosas, que demandam disciplina, respeito às leis, coragem e certeza de sua importância para a nação.

Semelhanças desses preceitos e condutas em outros períodos históricos permitem-nos verificar que o militarismo é muito mais antigo que as instituições militares brasileiras. Pode até mesmo ser considerado uma tecnologia humana da antiguidade, oriundo da Europa central, já que antes de ser aplicado em

Portugal e, posteriormente, no Brasil, era a melhor tecnologia de guerra do Exército Romano.

O Exército Brasileiro tem como data simbólica de sua criação o dia 19 de abril do ano de 1648, no episódio da batalha dos Guararapes, quando expulsou os holandeses da costa brasileira. Como vimos, a Polícia Militar do Distrito Federal utiliza como referência o dia 13 de maio do ano de 1809, data factual da criação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. Estas datações mostram que as instituições brasileiras foram criadas muito depois do advento do militarismo.



figura 5: 19 de abril de 1648, a vitória dos três matizes raciais brasileiros sobre os holandeses na Batalha dos Guararapes, culminando na sua expulsão da costa brasileira⁷

Flavius Vegetius Renatus, em sua coletânea *De Re Militari*, (século V d.C.) o tratado militar Romano mais influente do mundo ocidental, descreve as atividades do regime de trabalho dedicado à defesa do Império Romano. De forma impressionante, a essência desse trabalho é verificada até hoje na defesa da nação brasileira pelas Forças Armadas e na manutenção da ordem pública e segurança dos cidadãos pela Polícia Militar. A seleção dos novatos (recrutas), a disciplina, o treinamento e diversas outras táticas militares romanas descritas por

⁷ Acrílico e óleo sobre tela do artista Flávio Soté disponibilizado no site do Instituto de Cultura técnica (ICT).

Vegetius para o condicionamento e organização da instituição militar valem atualmente, com as devidas mudanças históricas e sociais, tanto na PMDF como no EB.



Figura 6: Formação altamente militarizada do Exército Romano. Sua eficácia em combates influencia, até hoje, exércitos ao redor do mundo

Obviamente que não cabe aqui me deter numa análise da organização do Exército Romano, tendo em vista que os fatos que pretendo tratar são aqueles que advêm das interseções entre o Exército Brasileiro e a Polícia Militar. O que procuro é discutir a identidade dos policiais militares a partir de uma ideia que se revela problemática de aparente equivalência identitária entre militares e policiais. No entanto, é interessante notar que algumas das orientações do *De Re Militari*, que fazem referência a um período distante, entre os anos 430 e 435 d.C., continuam presentes nas instituições militares contemporâneas. Vejamos:

Se seguirmos a prática antiga, a época adequada para recrutar jovens para o exército é na entrada da puberdade. Nesta idade, instruções de todo tipo são mais rapidamente assimiladas e permanecem por mais tempo na mente do indivíduo. Além disso, os exercícios militares indispensáveis de correr e pular devem

ser treinados antes dos membros estarem enrijecidos pela idade. Pois é a atividade, melhorada pela prática contínua, que forma o útil e bom soldado...O recruta não deve receber a marca militar logo que se aliste. Primeiro deve ser testado para ver se é apropriado para servir, se tem suficiente força e dedicação, se é capaz de aprender seus deveres e se tem o grau apropriado de coragem militar...Depois das provas, os recrutas devem receber a marca militar e serem instruídos no uso das armas com exercícios constantes e diários...A primeira coisa que deve ser ensinada aos soldados é a marcha militar que somente pode ser adquirida pela prática constante de marchar rápido e constante...(Vegetius, p. 278)

A “marca militar” descrita por Vegetius continua presente na contemporaneidade e comprova sua aplicação nas atuais instituições de proteção e segurança, apesar de séculos de mudanças sociais. A antiga marca de Vegetius corresponde ao atual espírito militar, uma forma de agir e pensar que sintetiza o ser e o fazer militares.

Uma importante vertente para esse encontro cognitivo da realidade militar nacional se deu quando alguns antropólogos, com interesse em compreender o universo dos militares, adentraram os muros dos quartéis do Exército. Lá, observaram o que o resto da população não tinha acesso e colheram as informações que dariam forma às suas etnografias. Celso Castro e Piero Leirner foram pioneiros nessa empreitada e são, até hoje, as principais referências para o que podemos chamar de uma “antropologia dos militares”. Em uma coletânea sobre o tema, eles apresentam sua abordagem e afirmam:

Agora, o foco das pesquisas desses dois antropólogos não recai nos momentos extraordinários da vida militar, mas em sua rotina cotidiana. Os autores buscaram superar uma visão “externa” em relação aos militares, que se arrisca a vê-los com um olhar exotizante e etnocêntrico, e obter uma visão “interna” de seu mundo social, para, desse modo, compreender como se constrói a identidade militar e como se estrutura a sua visão de mundo (Castro e Leirner, 2009 p.8).

Nas primeiras observações sobre os militares feitas por Celso Castro em 1987, durante seu trabalho de campo na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), já é possível verificar um caminho de similaridades de atitudes que definiam a “Marca militar” de Vegetius. Essas atitudes são formadoras de um “espírito” que Castro explicitou em sua dissertação de mestrado, publicada em 1990, e que marca profundamente a “identidade militar”.

Em muitos momentos da pesquisa, ficou evidente que alguns de meus nativos sentiam-se numa posição intelectual, social ou moral superior à minha. Essa superioridade não tinha origem numa fonte individual, mas coletiva. Como expliquei no livro, os militares se sentem parte de um “mundo” ou “meio” militar superior ao “mundo” ou “meio” civil, o mundo dos paisanos: representam-se como mais organizados, mais dedicados, mais patriotas. Tornar-se militar significa, acima de tudo, deixar de ser civil. A oposição entre civis e militares é estruturante da identidade militar. Ao ingressar numa academia militar, o jovem é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução de sua identidade “civil” anterior. (Castro e Leirner, 2009 p. 24).

Essa dicotomia entre militares e civis que Castro encontrou como fundamento da identidade militar na AMAN também é válida para a PMDF. Na minha pesquisa, perguntei aos policiais se ao entrarem na academia de polícia eles deixaram de ser civis. A maioria das respostas dos meus interlocutores foi: sim – tornar-se militar, é deixar de ser civil.

Diante dessa resposta, resolvi perguntar se um dia eles poderiam voltar a ser civis. Essa pergunta foi feita da seguinte forma: “E depois que você for para a reserva remunerada (aposentadoria), você voltará a ser um civil?” Novamente, a maioria das respostas foi que eles nunca mais poderiam voltar a ser civis. É como se: “uma vez militar, sempre militar”.

“O que foi mudado não voltará a ser como antes” (policial do curso de aperfeiçoamento de praças, novembro / 2017).

“Acho que com o tempo volta, mas parcialmente” (policial do 6º BPM, dezembro / 2017).

“Terei que me adaptar” (policial do BPChoque, dezembro /2017).

Durante o trabalho de campo, pude verificar que a distinção entre militares, de um lado, e policiais, de outro, serve, sobretudo, para o trabalho de análise do pesquisador. Em seu cotidiano, os meus interlocutores não fazem essa distinção. Os policiais não se debruçam sobre esse tipo de diferenciação. Eles são donos de uma identidade plenamente vivenciada, que não lhes causa dúvidas e nem está à prova.

Se os policiais militares deixaram de ser civis, é exatamente porque trocaram sua identidade civil pela identidade policial militar. Essa identidade não sofre de uma indefinição entre ser policial ou militar. A identidade civil anterior foi trocada por uma identidade própria que transcende discussões sobre sua natureza e é perfeitamente definida no título da dissertação de doutorado de Jaqueline Muniz: “Ser policial é sobretudo uma razão de ser” (1999).

Cabe, todavia, ressaltar que os policiais militares se reconhecem primordialmente como policiais. Essa é a natureza de sua profissão. Isso já é evidente na tese de Muniz, cujo título não faz alusão à palavra “militar”, embora o trabalho trate do universo cultural e institucional da PMERJ. Quando perguntei aos meus interlocutores se eles deixaram de ser civis ao ingressarem na Polícia Militar, a resposta positiva se explica pelos novos costumes militares aos quais eles devem se adequar nas academias, mas também está atrelada às atividades de polícia que desenvolvem em seu cotidiano e marcam sua vida profissional e particular.

A mudança de identidade pode ser verificada em um simples exemplo do pensamento policial. Um civil pode caminhar displicentemente por uma calçada da cidade enquanto é um civil. Ao se tornar um policial militar, ele jamais será encontrado andando displicentemente nessa mesma calçada. Agora, estará alerta, acompanhando com os olhos os movimentos próximos e os que estão mais à frente, será capaz de analisar toda a movimentação e se adiantar aos

acontecimentos, ao invés de ser vítima deles. Esse estado de alerta permanente é uma característica que o diferencia do civil.

Durante a pesquisa, procurei saber mais detalhes sobre as razões da escolha pela profissão de todos os policiais dos grupos focais e dos que entrevistei formalmente. Procurei saber o ano em que cada um ingressou na instituição, porque escolheu a profissão, se serviu as forças armadas antes do ingresso na PM e como descrevia sua profissão.

Com essas perguntas, queria entender o perfil dos meus nativos e saber se todos tinham vocação ou desejo por se tornarem policiais militares. Precisava identificar se havia ali também os concurseiros, isto é, os que ingressam na PM já com o intuito de prestarem outro concurso. Além disso, precisava verificar se existiam também aqueles que esperavam apenas uma oportunidade para conseguir um emprego público. Caso verificasse a existência dessas diferenças no ingresso na carreira, era necessário compreender porque essas diferenças não eram mais verificadas nas atividades diárias dos policiais das unidades que visitei, na convivência dentro dos batalhões e no policiamento nas manifestações indígenas. Como um grupo tão heterogêneo passou a manifestar uma coesão tão forte?

A maioria dos policiais que entrevistei já possuía mais de 20 anos de trabalho na corporação. Tive contato também com muitos policiais que possuíam entre 5 e 10 anos de trabalho, que eram chamados de “recrutas” ou “novinhos” pelos mais antigos. Conversei também com duas policiais femininas que servem no segundo Regimento de Polícia Montada (2º RPMon).

Percebi que para todos, independentemente do tempo que tinham na PMDF, realizar o trabalho policial é o que mais os incentiva a se manterem “na ativa”. A busca por novas técnicas, através de cursos oferecidos pela instituição, é uma forma de atualização que será reaplicada no trabalho, como em um ciclo virtuoso.

Talvez esse seja um dos motivos pelos quais a aposentadoria não significa uma mudança abrupta na forma de ser e agir dos policiais (e por isso disseram que não voltariam a ser civis). Os treinamentos e as técnicas adquiridas ao longo da carreira são apreendidos como forma de executar o trabalho policial e de se

resguardar de situações de risco, tanto no trabalho quanto fora dele. Estar atento a estas situações sempre fará parte da vida de um policial militar, independentemente de estar ou não em atividade.

Os ensinamentos passados nas escolas de polícia, a disciplina militar, o respeito às leis e às tradições do país, o trabalho voltado à proteção da comunidade e a discricionariedade de atuação nos casos de suspeita de crime e nos de flagrante, além do sentimento exclusivo de quem salva uma pessoa, recupera um bem, persegue e prende um criminoso, foram os motivos que meus interlocutores ressaltaram ao dizer que, em qualquer grupamento policial militar, só existem policiais militares e não mais os antigos civis vocacionados ou concurseiros ou aqueles que procuravam uma oportunidade para ser servidor público.

Capítulo 3: fazendo etnografia no quartel: um antropólogo entre seus semelhantes

Realizar a pesquisa entre meus colegas de profissão exigiu um cuidado redobrado. Por um lado, a necessidade da manutenção de uma distância mínima, um distanciamento que permitisse objetividade nas minhas observações e, por outro, o reconhecimento de um envolvimento inevitável com meu objeto de estudo. Gilberto Velho demonstra que trata-se de um dogma das ciências sociais a necessidade de que o pesquisador “veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões” (Velho, 1980, p.123).

Como esse dogma não é partilhado por toda a comunidade acadêmica, ele demonstra que um envolvimento inevitável com o objeto de estudo não constitui um defeito ou imperfeição e inclusive exemplifica esse fato com a obra de Howard Becker *De que lado estamos* (Velho, 1980, p. 123). Nesta obra Becker discute a não neutralidade no trabalho sociológico, demonstrando que devemos definir primeiramente de que lado estamos, ao invés de discutirmos se tomaremos ou não partido para com o objeto estudado.

Este envolvimento inevitável com meu objeto de estudo, está relacionado com a necessidade que percebi em confrontar a identidade própria de nós policiais militares com a identidade propagada pelo senso comum e reforçada, inclusive por trabalhos acadêmicos que também não consideraram a importância do trabalho etnográfico.

O envolvimento que ao mesmo tempo incentivou a realização de toda a pesquisa, garantiu o distanciamento mínimo que conscientemente mantive com os policiais que participaram da pesquisa, me colocando sempre como pesquisador, passando inclusive a ter que responder muitas indagações sobre a presença de um antropólogo dentro do quartel, até ganhar a confiança de meus interlocutores.

Depois de garantida a confiança dos meus semelhantes, como pesquisador, pude utilizar (pelo fato de ser também policial militar) uma linguagem mais próxima à dos meus nativos. Assim, pude desfrutar de um

diálogo pautado por “experiências mais ou menos comuns, partilháveis, que permitem um nível de interação específico”. (Velho, 1980, p. 125)

Alguns questionamentos que preparei para os policiais militares, que sabia que poderiam ser discutidos tanto nos grupos focais, quanto nas entrevistas, mas que talvez não passassem pelo crivo institucional, quase causaram o cancelamento da minha pesquisa. Antes de tentar a liberação da minha pesquisa junto ao DEC, procurei o comandante de um dos CPs da PMDF para conversar e aplicar um questionário aos policiais daquela unidade.

Conversei com o comandante que foi muito solícito. Achou a minha pesquisa interessante e contou-me, inclusive, que já havia tido contato com índios no rio Xingu. Pediu para que falasse mais sobre o trabalho e lhe mostrasse os questionários. Dentre as questões apresentadas, duas causaram-lhe estranheza. A primeira perguntava se os policiais julgavam os treinamentos policiais como essencialmente militares e a segunda, que dependia da resposta da primeira, se eles consideravam os infratores da lei como inimigos a serem abatidos.

No questionário haviam ainda muitas perguntas sobre as opiniões dos policiais acerca dos índios, sobre suas reivindicações, as atitudes dos indígenas nas manifestações e o detalhamento do contato dos policiais com os índios, tanto no trabalho policial como fora dele. Porém, isso parecia normal para a pesquisa e não foi levantada nenhuma objeção por parte do comandante sobre este conteúdo.

Como o comandante já sabia que eu era policial militar, ligou então para o Departamento de Educação e Cultura da PMDF (DEC) e determinou que eu fosse até lá conversar com a comandante do departamento para lhe mostrar o questionário. Aquelas duas questões me colocaram em uma “saia justa” e poderiam inviabilizar toda a pesquisa. Então, fui imediatamente para a APMB, onde está localizado o DEC, decidido a conversar com a coronel e a encarar as consequências. Procurei a secretaria do DEC e pedi permissão para conversar com a coronel para explicar-lhe, o teor do meu questionário e a importância de conversar com os policiais.

Fui atendido pelo capitão W., um policial do quadro de oficiais administrativos. Este quadro é acessado pelas praças que cumprem os requisitos para fazer a prova de um concurso interno que dá acesso ao oficialato, que é alcançado num período já avançado da carreira das praças e é limitado ao posto de major. O capitão W. ouviu calmamente todo o acontecido e me orientou a fazer tudo como deveria ser feito, isto é, fazendo um pedido formal. A formalidade consistia em redigir um pedido de autorização de pesquisa, amparado por um ofício do Departamento de Antropologia da UnB, assinado por meu orientador e pela chefe do DAN. Devia contar, ainda, com uma exposição dos motivos da pesquisa, como e quando pretendia realizá-la, além de um questionário norteador.

O capitão W., além de experiente policial, era experiente pesquisador. Disse-me que já havia realizado algumas pesquisas dentro da instituição e estas foram muito debatidas por seus superiores hierárquicos. Suas pesquisas tinham sido realizadas tanto para cursos dentro como fora da PMDF. Assim, com seu conhecimento na tramitação da documentação de pesquisas, disse-me que me deixaria informado sobre o andamento do meu pedido.

Uma semana após levar todos os documentos, o capitão me ligou solicitando o meu comparecimento na secretaria. No caminho até a Academia de Polícia, eu imaginava as justificativas que poderiam ser usadas para indeferir a minha permissão de pesquisa.

Na exposição de motivos, pontuei a necessidade de falar sobre militarismo e de conversar com os policiais sobre o assunto. Além disso, deixei como estavam no questionário apresentado ao comandante do CP, os pontos sobre militarismo, sobre as opiniões dos policiais quanto aos treinamentos, sobre os indígenas e sobre a atuação dos índios e dos policiais nas manifestações na Esplanada dos Ministérios.

Encontrar o capitão pela primeira vez e conversar com ele sobre suas experiências foi um momento de surpresa e alegria. Voltar na secretaria para saber dele o resultado do meu pedido, foi um momento de angústia, mas coroado de uma grande satisfação, pois ele me informou que o pedido estava aprovado,

na forma que solicitei e que ele já se encontrava na secretaria de pesquisas da instituição.

Ao saber que poderia fazer minha pesquisa no formato que imaginei, fiquei muito contente e confiante. Afinal, tinha autorização para fazer aos meus interlocutores os questionamentos da forma que havia planejado. O capitão W. disse que eu deveria ir na secretaria de pesquisa conversar com um dos cabos que me auxiliaria na organização da pesquisa nas unidades policiais que eu havia solicitado.

Agradei muitas vezes ao capitão que acompanhou todo o desenrolar da liberação. Fiquei muito grato também ao cabo V., que, após solicitar o cronograma da pesquisa e me ajudar a ajustá-lo às atividades das unidades policiais, enviou, para cada uma, a circular interna que informava sobre a minha presença nesses locais.

Esta circular interna possibilitou-me frequentar as UPMs, conversar com os policiais e aplicar questionários. Eu poderia entrevistar formalmente apenas os policiais que se dispusessem a participar da pesquisa. Neste documento, eu figurava como pesquisador, inclusive a matrícula lá colocada era a minha matrícula da UnB. Em nenhum momento, o documento informava aos comandantes das unidades que eu era policial militar.

A primeira unidade policial para a qual me desloquei para realizar a pesquisa foi o 6º BPM. O quartel fica próximo aos anexos dos ministérios, do lado norte da Esplanada. Cheguei lá com todo o material que julgava necessário: diário de campo, gravador, questionários, computador com os vídeos do policiamento do ATL 2017, a circular que autorizava a pesquisa e grande interesse em dialogar sobre as questões de autoidentificação, treinamentos e práticas dos policiais, tanto cotidianas quanto nas manifestações indígenas.

Fui recebido pelo adjunto do quartel, o subtenente A. que, naquele horário, 14:30 h, já havia conferido a presença de todos os policiais escalados e estava tomando um café na copa. Conferir a presença dos policiais escalados no jargão policial é “tirar as faltas”, portanto, o subtenente já havia “tirado as faltas” e estava menos atarefado naquele momento.

Conversei com o adjunto, expliquei que estava ali fazendo uma pesquisa sobre as vivências e opiniões dos policiais militares sobre seu trabalho e sobre os indígenas brasileiros. Disse que tinha autorização para tal e que gostaria de conversar com os policiais ali presentes. Rapidamente, ele mesmo explicou a minha pesquisa para os policiais que se encontravam no pátio do quartel e pediu para que todos me ajudassem.

Nessa primeira vez, não senti uma boa interação. Me apresentei, conversei sobre a minha pesquisa, disse que ia distribuir um questionário e que gostaria que todos se empenhassem em responder com a maior sinceridade possível. Não consegui encontrar uma maneira de mostrar as imagens do policiamento no ATL/2017 e discutir sobre elas. Eles demoraram um tempo razoável para responder as questões e sempre me diziam que as perguntas estavam difíceis e muito subjetivas. Enquanto preenchiam o questionário, perguntava por que estavam achando as perguntas difíceis e esclarecia as suas dúvidas.

Não fiquei satisfeito com as informações obtidas nas conversas sobre os problemas do policiamento do ATL, sobre os índios e sobre a identificação própria da profissão policial. Valorizei demasiadamente o questionário e pedi empenho de todos para responderem às questões. No final, estava com os questionários detalhadamente respondidos, mas reduzi a possibilidade de diálogo. Entendi que precisava mudar de estratégia. Faltava criar uma maior interação com meus “nativos”, ter mais espontaneidade, enfim, mais comunicação. Como ficaria no 6º BPM por dois dias, voltei pra casa decidido a fazer melhor no dia seguinte.

Assim foi feito. Ao invés de chegar no quartel quando os policiais do grupamento de prontidão chegam, decidi chegar antes do expediente administrativo começar. Assim, cheguei no final da manhã, conversei com o adjunto, que naquele dia era um subtenente que havia trabalhado comigo no 8º BPM quando éramos soldados.

Conversamos sobre o que cada um havia feito nesses 20 anos em que não nos víamos. Terminada a conversa e chegando a hora do almoço, perguntei aos policiais que lá estavam onde iriam almoçar, pois quis ir com eles. Acredito que esta estratégia foi uma boa oportunidade para me aproximar de todos e falar

mais sobre a pesquisa, pois o resultado desse entrosamento prévio foi muito positivo. Ao chegarmos do almoço, coloquei os vídeos do ATL no computador. Os policiais que estavam comigo já se identificaram e identificaram outros colegas nas filmagens. O adjunto também veio assistir. O pessoal do expediente, que ia chegando, passava na sala do rádio operador onde estávamos discutindo as ações policiais e davam suas opiniões, além de explicarem a maneira mais apropriada “de trabalhar com os índios”.

Veremos, no próximo capítulo, quando tratarei exclusivamente das opiniões dos policiais sobre os índios, algumas dessas falas. Procurei guardar todas as cenas e falas na minha cabeça enquanto colocava mais questões naquela troca de ideias. Sabia que quando chegasse em casa, teria muitos detalhes para anotar no meu caderno de campo, além de muitas ideias para organizar. Nestes dois dias não usei o gravador. Tive que me concentrar muito nas falas, nas opiniões e nas atitudes. No meu último dia no 6º BPM, pedi para os policiais que estiveram comigo discutindo os vídeos, responderem aos questionários.

Às 15 horas chegou novamente o pessoal do Grupamento de Pronto Emprego (GPE). Os policiais militares ficaram no pátio do quartel como havia sido no dia anterior. O adjunto foi novamente “tirar as faltas” e eu já tinha avisado que queria conversar com os policiais deste grupamento. O GPE foi criado pelo comandante do batalhão. É um grupo que fica de prontidão e em condições de se deslocar rapidamente em direção à Esplanada dos Ministérios em caso de necessidade.

Conversei com esses policiais sobre a pesquisa, sobre as informações que gostaria de levantar. Quando falei do interesse em compreender, dentre outras coisas, a transformação da identidade civil em policial militar, uma resposta em comum resolveu logo este questionamento: “o que já foi não tem mais como voltar, já era”.

Aproveitei ainda para saber quando poderia encontrar o comandante do quartel. Era necessário marcar essa entrevista com ele, pois observei que ele tinha interagido constantemente com as lideranças indígenas durante os dois dias de caminhada dos índios ocorridas na ocasião do ATL/2017.

Ao final da tarde, após a conversa com o pessoal do GPE, recolhi os questionários e retornei para casa mais confiante. Percebi que havia uma maneira mais eficiente de realizar a pesquisa. Mesmo não estando totalmente satisfeito em utilizar mais o questionário do que o debate, compreendi que as questões relacionadas à identidade policial militar, os julgamentos sobre os treinamentos das escolas de polícia, o tratamento dispensado aos manifestantes e aos infratores da lei tinham mais detalhes nas respostas colocadas no questionário e nas entrevistas.

Depois de realizar a pesquisa no 6º BPM, ainda retornei duas vezes ao local. O subtenente A., que me atendeu no primeiro dia, disse para eu voltar para tentarmos combinar a entrevista com o comandante. Ele mesmo conversou com o major, me passou o telefone e assim marcamos a data e realizamos a entrevista.

Essa entrevista durou uma tarde inteira. Mesmo no meio de algumas interrupções por causa das atividades na unidade, o major C. conversou abertamente comigo, explicou o funcionamento da unidade e respondeu a todas as questões colocadas e as que iam surgindo ao longo da entrevista. Percebi sua preocupação com a efetividade do trabalho policial da unidade e com a disciplina militar. Mostrou-me como o caráter militar é indissociável das atividades policiais. Seu contato com as lideranças indígenas me permitiu compreender melhor as ações dos índios e dos não-índios durante as manifestações.

Na outra semana, após organizar todos os dados que possuía, dirigi-me ao 2º RPMon. No primeiro dia, fui recebido pelo sargento adjunto que prontamente chamou o tenente comandante do pelotão que estava de plantão. Expliquei para o tenente a minha condição de pesquisador, o tema da pesquisa, o que buscava compreender com a ajuda dos policiais, inclusive com a dele, e como realizaria a pesquisa.

Com base na experiência vivida no 6º BPM, disse que mostraria algumas fotos (que eu havia feito no ATL) e alguns vídeos aos policiais. Expliquei que deixaria que todos falassem espontaneamente já que o objeto da pesquisa

estava relacionado ao trabalho e as opiniões dos policiais. Disse a ele que também aplicaria um questionário.

Assim foi feito, o tenente chamou todos os policiais para uma sala do regimento e também participou do grupo focal. Já com maior desembaraço, conversei com os presentes, expliquei a minha pesquisa, perguntei quais haviam trabalhado nas manifestações do ATL/2017 e se poderíamos falar sobre a atividade policial, sobre militarismo e sobre a atuação dos mesmos durante o policiamento desse evento na Esplanada.

Comecei então a gravar as discussões nestes grupos focais, que eram muito espontâneas e produtivas. Algumas questões que apresentei tiveram respostas convergentes, outras foram muito debatidas, já que muitos policiais expuseram suas opiniões. Alguns apresentaram queixas sobre a forma com que a população julga o trabalho policial, disseram que mesmo explicando as inúmeras situações de perigo de um policiamento, as pessoas não compreendem algumas atitudes dos policiais.

Devido aos apontamentos e questionamentos apresentados, fiquei com a impressão de que deveria existir, dentro da própria instituição, um espaço para os policiais realizarem esse tipo de exercício de reflexão sobre seu trabalho, podendo discutir as dificuldades encontradas e possíveis soluções.

No segundo dia fui recebido por outro adjunto. O sargento me informou que o comandante estava presente e que iria me receber. O major A. deixou sua sala e me recebeu logo na entrada do prédio do regimento. Me apresentei e expliquei detalhes da minha pesquisa e o meu interesse em conversar com os policiais da unidade.

Ele me informou que teria o maior prazer em ajudar e que o regimento estava de portas abertas para que eu pudesse realizar a pesquisa. Agradei a sua atitude e disse que voltaria na próxima semana, já que o pelotão escalado naquele dia havia sido empregado num policiamento na Esplanada.

Nesse ínterim, fui até o Centro de Comunicação Social para combinar uma entrevista com o Major M., que é o porta-voz da PMDF. Não obtive êxito já que o major estava em uma missão. De posse do seu número de telefone, comecei

a articular uma possível data para a entrevista, já que ele havia concordado em participar da pesquisa.

Na semana seguinte, retornei ao 2º RPMon e os policiais do pelotão que eu ainda não tinha encontrado estavam presentes. Um dos meus interlocutores, que participou do primeiro grupo focal, me reconheceu imediatamente e chamou os colegas para conversarem comigo. O comandante do pelotão também veio e expliquei então a todos o motivo da minha presença.

Todos concordaram em participar e fomos para a sala na qual já havia me reunido com os outros policiais. Falei sobre a pesquisa, expliquei que estive presente nos quatro dias do ATL 2017, que fiz vídeos e fotos do policiamento e que acompanhei a presença da cavalaria no evento. Falei sobre a condição do policial militar ser militar e perguntei como isso influenciava seus treinamentos e suas ações, se isso também afetava a vida particular de cada um, etc. Deixei novamente as discussões fluírem e assim houve participação de todos os policiais.

Reuni muitas informações e foi importante ter gravado os grupos focais e as entrevistas. Os policiais foram muito prestativos em me atender, em participar das conversas e em responder meus questionamentos. O fato de os próprios policiais discutirem entre si, fazerem questão de colocar suas opiniões, além de me dirigirem algumas perguntas, me fez concluir que havia optado por um método eficiente de aproximação com meus nativos.

Ainda nesta mesma semana, consegui combinar a entrevista com o major do Centro de Comunicação Social da PMDF. O encontro ficou acertado para uma quinta-feira, no horário do expediente. Na data e no horário combinados, segui para o Quartel do Comando Geral (QCG), onde o CCS funciona.

O oficial foi receptivo, mas parecia um pouco receoso por falar com um pesquisador que também é praça da Polícia Militar que estava ali fazendo perguntas sobre sua vida, sobre militarismo e sobre índios. Como porta-voz da instituição, muitas pessoas o procuram para buscar informações sobre os mais diversos assuntos envolvendo a PMDF, mas parecia ser a primeira vez que ele era entrevistado para uma pesquisa de ciências sociais.

Mostrei a autorização, perguntei se podia gravar a entrevista e falei um pouco sobre minhas intenções. A entrevista durou cerca de duas horas e ao longo de sua realização, o nível de confiança do meu interlocutor aumentou. Assim, foi possível tratarmos de forma consistente sobre as questões levantadas, principalmente sobre o militarismo, que informou ser de suma importância na organização e no trabalho policial.

Retornei novamente para casa com muitas informações a serem organizadas. Ao invés de citar tudo que os policiais me disseram, eu preferi organizar as falas em torno de cada questão que norteava as entrevistas e que também estavam presentes no questionário. Por exemplo, com relação ao trabalho realizado diante de minorias étnicas e de gênero, questionei se eles recebiam instruções diferenciadas para executarem o policiamento. A maioria dos meus interlocutores disse receber tais instruções e acredita que a instituição deva colocar, nos seus cursos de especialização, orientações específicas para estes casos.

Outra questão levantada foi sobre a definição do espírito militar. Perguntei como definiam o espírito militar e as respostas que mais se repetiam foram: “capacidade de trabalhar em equipe”, “a união”, “o comprometimento”, “a disciplina”, “a dimensão ‘guerreira’”, “a força”, “o patriotismo” e, ainda, “a preocupação com o próximo”.

De todos os policiais contatados, cerca da metade deles tinha servido as Forças Armadas antes de ingressarem na PMDF. Todos responderam que possuíam o “espírito militar” e atribuíam a si próprios competências relacionadas a esse espírito. Os exemplos mais recorrentes destas competências foram: “cumpro ordens”, “coloco em primeiro lugar os interesses coletivos”, “sou persistente”, etc.

A maioria dos policiais definiu sua profissão como “perigosa”, mas esse adjetivo era sempre complementado por uma qualidade, como “gratificante”, “honrosa”, “digna”, “necessária para a sociedade” ou “muito boa para trabalhar”.

Quando questionados sobre a escolha da profissão, as respostas se resumiram em “vocação” ou “afinidade” pelo ofício e pela questão de ser um

“serviço público”, acessado por concurso e com estabilidade. Poucos policiais descreveram a escolha da profissão simplesmente por estarem desempregados.

As questões relativas aos treinamentos militares da polícia trouxeram respostas divergentes. A maioria dos policiais identificou os treinamentos da polícia como essencialmente militares, porém necessários. Outros policiais, no entanto, acreditam que esses treinamentos não são essencialmente militares, tendo uma característica mais técnica.

Tanto no início, quanto no desenrolar da pesquisa, recebi telefonemas da seção de pesquisa do DEC. O cabo V. acompanhou o andamento da pesquisa e procurava sempre saber se eu estava recebendo o devido suporte nas unidades policiais e se estava conseguindo cumprir o cronograma. Além disso, ofereceu apoio caso necessitasse fazer algum ajuste na autorização para readequá-la a realidade temporal da pesquisa.

Disse-lhe que a pesquisa seguia como o combinado e que tinha sido muito bem recebido em todas as unidades, independente da apresentação da autorização. Como não havia cronograma para as entrevistas, procurei combiná-las sempre para a data mais próxima sugerida por meu confidente. Assim, pude manter as datas previstas para o trabalho nas unidades.

Faltava ainda uma unidade para concluir o trabalho de campo, era o BPChoque. Este foi o último quartel em que realizei a pesquisa e foi onde imaginei ter maior dificuldade para interagir com os policiais, haja vista as características do policiamento desta unidade, sempre preparada para atuar em confrontos e distúrbios.

No primeiro dia, tudo indicava que seria realmente difícil estabelecer uma boa comunicação. Alguns policiais ficaram desconfiados com a presença do “intruso” que queria saber sobre o trabalho deles. Compartilhar as atividades de um batalhão com as especificidades do BPChoque, que está vinculado com o controle de distúrbios civis, com a possibilidade de uma maior combatividade discricionária, realmente parecia ser mais complicado.

Cheguei na unidade pela manhã, conforme combinado anteriormente com o tenente que comandava o pelotão de serviço naquele dia. Ao adentrar o quartel

junto com o tenente, percebi a presença de outros oficiais no pavilhão. Eles estranharam um pouco a movimentação diferente, mas continuaram suas atividades. O tenente chamou os policiais do pelotão de choque e disse para irmos para o auditório. Ficamos esperando do lado de fora enquanto o sargento abria a porta do espaço. Ele ligou o computador e todos se instalaram para iniciarmos a nossa conversa.

Chegaram muitos policiais e até me perguntei se estava realmente pronto para conversar com tanta gente. Como eu estava na mesa do computador, de frente para todas as outras cadeiras, tive a sensação de ser um professor que esperava seus alunos chegarem e tomarem seus lugares na sala de aula, porém, tinha consciência que o único aluno ali era eu mesmo! Com todos os presentes, o tenente então me disse: “pronto, estão todos aqui, agora nos mostre o que veio fazer.”

Não perdi um segundo para pensar o que iria dizer. Me apresentei como aluno do curso de Ciências Sociais da UnB e como policial militar. Disse que estava ali fazendo uma pesquisa para o meu trabalho de conclusão de curso, que queria conversar com eles para compreender como cada um enxergava a profissão, o militarismo, os treinamentos e o que poderiam me dizer sobre os índios e sobre o policiamento nas manifestações indígenas.

Distribuí os questionários e esperei que todos respondessem. Em seguida, apresentei as fotos e os vídeos do policiamento no ATL 2017, levantei alguns questionamentos sobre a atuação dos índios, dos policiais dos outros batalhões e do BPChoque. No início da conversa, eu é que tive que responder a alguns questionamentos: por que o BPChoque? Como é ser policial e aluno da UnB? Você tem partido político? qual?

Um policial reclamou com o tenente que as questões estavam muito direcionadas e que havia como identificá-lo. Mesmo eu tendo dito que a pesquisa não tinha essa finalidade e que buscava compreender as opiniões do grupo como um todo, ele optou por não responder o questionário.

Depois deste ocorrido, o grau de desconfiança aumentou. O tenente começou a responder a maioria das questões que eu fazia para os policiais.

Comecei a perder a confiança e o contato com os policiais do pelotão. Tive que pensar uma solução rápida para estabelecer um diálogo na base da confiança.

Após alguns segundos de silêncio, resolvi recomeçar. Disse a todos que responderia novamente as questões que eventualmente me fizessem e também disse ao tenente que se ele respondesse por todos os policiais ali presentes, eu não poderia compreender a opinião de todos. Falei mais sobre minha posição político-partidária, expliquei as dificuldades que passei no meu curso por ser policial militar e mostrei os problemas que estava tendo na PMDF por ser aluno da UnB.

A minha disposição ao falar de mim melhorou parcialmente a comunicação. Voltei a contar com a participação de todos. Falamos mais sobre o policiamento nas manifestações, sobre os índios e alguns policiais decidiram falar mais abertamente e pontuar suas opiniões sobre as questões levantadas. No final da atividade, os próprios policiais estavam falando sobre a dificuldade de se fazer um trabalho de conclusão de curso. A maioria me cumprimentou cordialmente na saída e me desejou boa sorte com o trabalho.

No dia seguinte, seria a vez do outro pelotão de choque estar de serviço. Esse pelotão era o que tinha atuado no confronto ocorrido durante a primeira caminhada dos índios no ATL 2017. Não podia deixar passar a oportunidade. Então, o mesmo ritual se repetiu. Logo pela manhã, já estava lá, de prontidão, para conversar com o tenente responsável pelo pelotão.

O tenente pediu para todos os outros policiais irem para o auditório, mas disse que ele mesmo só poderia participar mais tarde. Já estávamos na porta da sala e, dessa vez, sentia-me mais preparado para a conversa. Outro sargento abriu a porta, ligamos o computador, me apresentei, falei sobre a pesquisa, sobre o que buscava compreender e porque a opinião de todos era importante. Expliquei ainda o porquê de ter escolhido o curso de Ciências Sociais, além de dizer que a pesquisa era apartidária.

Este grupo focal foi muito interessante. Percebi que todos mergulharam na problemática do trabalho policial frente aos índios e nas questões indígenas. Praticamente todos os policiais opinaram. Houve discussão entre eles sobre as

questões levantadas, além disso, participei não apenas fazendo perguntas, mas também respondendo a vários questionamentos.

Um exemplo foi a pergunta que um policial me fez: “Você que está lá, o que o pessoal da UnB espera que a gente faça [no caso das manifestações indígenas]?” Quando fui indagado, a problemática que estava sendo tratada era a de que a Polícia Militar trabalha sem o reconhecimento pelo seu trabalho e pelos perigos que enfrenta.

Essa problemática havia sido levantada por meus próprios interlocutores. Eles diziam que suas ações são sempre criticadas pela comunidade acadêmica e os índios os têm como inimigos, numa demonstração clara de que possuem consciência de que a atividade policial não é reconhecida pela população e que eles mesmos devem valorizar seus esforços para que o trabalho seja bem executado.

Ao final, depois de quase três horas de conversa, quase todos os policiais saíram da sala satisfeitos por terem colocado seus pontos de vista de uma forma muito espontânea. Fiquei com a impressão de que isso parece não ocorrer com frequência, devido a hesitação inicial que cada um tinha em expor suas ideias. Desejaram-me boa sorte com a pesquisa e voltaram às suas atividades.

Dois policiais, no entanto, continuaram na sala, me ajudaram a guardar o material e me fizeram mais perguntas sobre o curso de ciências sociais e sobre a pesquisa. O sargento E. e o sargento B. me convidaram ainda para tomar um café e me mostraram como estudavam os novos artefatos que são utilizados contra os policiais nas manifestações. Estavam analisando duas lanças feitas de bambu, com diferentes explosivos na sua ponta.



Foto 7: Dois policiais do BPCChoque me convidaram para um café no alojamento dos sargentos

Em todos os quartéis que visitei percebi que os muros, os portões e as guaritas, característicos das estruturas policiais militares mais antigas, não são atrativos para a entrada de civis. Isso parece contribuir para a manutenção do distanciamento e do desconhecimento entre os dois mundos, além do isolamento da cultura policial nesses locais.

Os policiais, por sua vez, vivenciam normalmente sua cultura, perpassando por suas características policiais e militares discutidas aqui. Ao procurar compreender essa cultura policial militar, dentro desses muros e portões, percebi que é possível a qualquer pesquisador, com dificuldades superáveis, buscar ali as informações que necessita.

Com as entrevistas com os grupos focais, observei que os policiais, mesmo com as hesitações iniciais, são acessíveis e dispostos a falar sobre seu universo. Os oficiais são mais adeptos ao militarismo e as praças falam mais sobre o serviço propriamente policial. O grupo, entretanto, é coeso e as características analisadas aqui são comuns a toda cadeia hierárquica da corporação.

Capítulo 4: Os PMs e os indígenas: representações e práticas

Neste capítulo trato da interação entre os policiais militares do DF e os índios. A análise se dá tanto na prática policial durante o Acampamento Terra Livre (ATL)⁸ do ano de 2017, como na visão e nas opiniões dos policiais sobre os índios, coletadas nos 4 quartéis do DF onde a pesquisa foi realizada. Essas opiniões policiais que procurei reunir não são oriundas apenas da atuação no ATL, mas sim de toda a experiência de vidados policiais.

No ATL/2017 realizei meu primeiro campo de pesquisa. Durante esse evento, pude também observar como os índios se organizaram para levarem suas reivindicações ao governo e se relacionaram com a PMDF. Com tantas etnias reunidas, era necessário entender se a pauta de reivindicações era única ou se cada comunidade buscaria expor suas demandas. Esta oportunidade ímpar também me possibilitou coletar as opiniões de índios de todas as regiões brasileiras sobre os policiais militares do DF e suas experiências com as forças de segurança em seus respectivos Estados.

Como observado ao longo deste trabalho, a cultura policial é marcada pelo ideal de ordem. Esse ideal é duplo: policial e militar. Ele preceitua o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos. Isto é, ele procura manter a disciplina e o respeito, além da consideração pelas instituições republicanas. Neste capítulo, tendo como fundo este ideal da identidade policial-militar, procuro analisar as interações entre as culturas policiais e indígena e as opiniões de ambas que entraram em contato durante as manifestações do ATL/2017.

⁸ O Acampamento Terra Livre é uma mobilização dos povos indígenas do Brasil. É realizado em Brasília desde o ano de 2003, reúne indígenas de todas as regiões do país e é realizado sempre no mês de abril. Tornou-se, ao longo do tempo, a maior mobilização nacional dos povos indígenas. É neste evento que os índios discutem e buscam posicionamento dos Poderes Republicanos sobre seus direitos fundamentais como a demarcação de territórios e políticas públicas específicas e diferenciadas.

4.1 – Indígenas e policiais no ATL/2017

O Acampamento Terra Livre 2017 (ATL/2017) foi um evento privilegiado para que eu pudesse verificar a interação dos policiais militares do DF com os indígenas. Estava diante de um cenário ímpar, só encontrado em Brasília: índios de diversas etnias reunidos em um único lugar e a Polícia Militar de uma única região interagindo com este grupo. São condições que raramente são observadas em outro lugar do país.

De acordo com dados dos próprios voluntários da organização, o ATL de 2017 contou com aproximadamente 3.000 índios e ocorreu dos dias 24 a 28 de abril de 2017 na parte norte da Esplanada dos Ministérios, no espaço aberto que existe entre o Teatro Nacional e a avenida L2 Norte. Contou com muitas reuniões internas entre seus participantes e duas caminhadas até o Congresso Nacional e Ministério da Justiça.

Este movimento possui algumas características que se conformam com outras manifestações públicas: todos os participantes estão unidos em prol de um objetivo comum e são conscientes de suas reivindicações. Embora uma divisão espacial por etnia possa ser observada dentro do Acampamento, não temos os Tuxás, os Guaranis, os Gaviões ou qualquer outra etnia reivindicando em causa própria. Na interação com o Governo Federal, que nesse evento é intermediada pela Polícia Militar, as reivindicações são gerais. Elas emanam de todos os indígenas, representando a grande “comunidade indígena” e não um único povo.

Esse fato é importante na medida em que ele também contribui para que a PMDF tenha uma visão generalista sobre as atitudes e reivindicações dos índios – e também sobre os próprios índios – não podendo discernir características étnicas ou regiões de origem. A Polícia Militar de cada Estado da Federação possui um contato mais estreito com algumas etnias específicas, obviamente quando essa possibilidade existe, já que em algumas regiões do Brasil o contato dos indígenas é restrito à Polícia Federal e/ou Exército Brasileiro.

Um exemplo recente desse contato entre índios e PMs de outros Estados ocorreu no dia 18 de janeiro de 2019 e se deu entre a Polícia Militar do Rio Grande do Sul (Brigada Militar) e os Mbyá-Guarani. Os indígenas dessa etnia estão sofrendo graves ameaças por conta de um conflito histórico com fazendeiros da região que se dizem donos da terra. A Brigada Militar foi designada para atuar no conflito e, por causa dessa experiência, tem um conhecimento maior sobre as características e necessidades específicas dos Mbyá-Guarani. A PMDF, por sua vez, se refere essencialmente aos índios de modo genérico. Embora os policiais militares do DF saibam que existem várias etnias, para eles, pouco importam as diferenças internas. Consideram que os índios são todos iguais.

Por causa dessa característica da interação dos índios com a PMDF, que ocorre pelo menos uma vez por ano, e ser supostamente diferente daquela que ocorre com os órgãos de Segurança Pública Federal nas aldeias e nas suas proximidades, resolvi aplicar um questionário aos indígenas para também tentar compreender sua visão deles sobre o trabalho da PF, do EB, da PM estadual e da PMDF. Procurei explorar ao máximo a visão dos indígenas sobre essas instituições não só com esses questionários, mas também com entrevistas que realizei durante o Acampamento.

Depois de tantas questões sobre seu contato com a Polícia e com o Exército, alguns ficaram desconfiados. Perguntavam-se se eu era ou não um policial infiltrado no Acampamento buscando informações sobre as atividades. Mas, como as perguntas também giravam em torno de suas interações com militares e policiais em suas comunidades, eles se envolveram nas entrevistas e me contaram muitos detalhes.

Em uma das entrevistas que realizei, três mulheres indígenas das comunidades Shanenawa, Yawanawa e Kaxarari disseram não ter tido nenhum contato com a Polícia Militar do Acre e de Rondônia, mas que os policiais militares do DF eram “violentos” e “assassinos”. Minhas interlocutoras desconfiaram que eu era policial e começaram a fazer brincadeiras com a situação duvidosa. Ao final da entrevista, mesmo negando ser policial, elas já estavam me chamando de “senhor policial” em meio a sorrisos e me disseram que suas comunidades sabem receber os brancos, diferentemente da PMDF que

não sabe receber os índios. A visão dos policiais militares como “violentos” é comum entre os indígenas que participaram do Acampamento. Como veremos adiante, os próprios policiais militares estão cientes dessa imagem que os índios constroem sobre eles.

A discussão sobre identidade pessoal e social feita por Roberto Cardoso de Oliveira no ensaio *Identidade étnica, identificação e manipulação* (1976) é interessante para nos ajudar a entender a atmosfera instalada nas atividades do ATL 2017. Ao contrário do que o autor discute com relação ao processo de identificação étnica entre as comunidades indígenas, no ATL as especificidades étnicas não são salientadas. As reivindicações trazidas pelos indígenas são genéricas e abordam problemas recorrentes enfrentados por eles, tais como: demarcação de terras, saúde, educação, etc.

Assim, não existe a exposição externa de problemas de cada etnia. O que se discute é a relação entre índios e não índios. A identificação étnica no ATL 2017 foi marcada com relação aos brancos e não com relação aos seus “parentes” de outras etnias. Isso nos ajuda a compreender a visão generalista que a PMDF também tem dos índios que ali se encontram.

Observei que os policiais compreendem que todos no Acampamento são igualmente índios e, na visão dos PMs, possuem as mesmas características. Os policiais militares, assim como os próprios participantes indígenas do Acampamento, constroem uma imagem de “índio genérico” que tornam as especificidades étnicas irrelevantes.

Esta descrição de “índio genérico”, que não leva em consideração as especificidades étnicas das inúmeras culturas indígenas, nos lembra a visão de Darcy Ribeiro na década de 1960. Segundo a professora Alcida Ramos, “Darcy Ribeiro profetizou a transformação dos índios brasileiros em “índios genéricos”, empobrecidos ao extremo, estigmatizados por todos e desprovidos de suas culturas e tradições específicas” (Ramos, 1990, p. 117). A maioria dos policiais militares, no entanto, não enxerga os índios como pobres. Muitas vezes me falaram sobre as riquezas naturais de suas terras e sobre alguns indígenas que

possuem caminhonetes modelo Hilux⁹. E mesmo que possam afirmar que os índios estão “perdendo a sua cultura”, não dizem, em momento algum, que não a possuem.

Hoje sabemos que o prenúncio de Darcy Ribeiro que imaginava o desaparecimento das identidades étnicas dos povos indígenas não se concretizou. Os povos indígenas se organizaram politicamente para resistir ao massacre e a invasão de suas terras. Eles se afirmaram como índios sem deixar de reivindicar suas identidades étnicas específicas. Como veremos adiante, as primeiras assembleias indígenas se deram no início da década de 1970 e, em Brasília, começaram em 1982. Essas assembleias foram o suspiro inicial do “ressurgimento” da luta indígena, agora não mais somente no sentido físico contra as epidemias e o genocídio sofridos por comunidades. Índios de diversas etnias puderam então, através dessas assembleias, encontrar e interagir com seus “parentes” de todo o país, e se afirmar como sujeitos políticos no cenário nacional e também internacional¹⁰.

Foi esse ressurgimento da “indianidade” que não permitiu que a previsão de Darcy Ribeiro se tornasse real. Como dito pela professora Alcida, “Surpreendentemente talvez, a imagem do alquebrado índio genérico não é agora mais do que uma ficção. A profecia de Darcy Ribeiro não se realizou.” (Ramos, 1990, p. 117).

Existe uma forte identificação social do coletivo indígena do ATL como um todo. Como afirma Roberto Cardoso de Oliveira, “a identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social” (Oliveira, 1976 p. 119). No caso do ATL 2017, a noção de grupo social é construída em torno de uma identidade de “índio genérico” que não está presa a determinada etnia. As atividades devem ser realizadas por todos em prol das demandas dos indígenas como um todo.

⁹ Caminhonete fabricada pela Toyota do Brasil. É símbolo de prosperidade econômica para alguns. Figura entre os modelos mais caros oferecidos pelas montadoras brasileiras.

¹⁰ Como foi o caso do Cacique Raoni, um grande líder da comunidade Kaiapó que ficou conhecido internacionalmente por suas lutas pela proteção da floresta amazônica e dos povos indígenas. São notórios os seus esforços em prol dos direitos indígenas e da preservação ambiental, a exemplo da sua posição contrária à construção da barragem de Kararaô (hoje conhecida como Belo Monte). Na década de 1980, Raoni percorreu diversas partes do mundo, juntamente com o cantor britânico Sting da banda de rock The Police.

Naturalmente preparados para expor suas reivindicações a atores governamentais da sociedade nacional, nas atividades do ATL, os indígenas buscam se fazer ouvir e ser atendidos por esses atores. Eles precisam também reafirmar sua identidade coletiva para vencer as claras barreiras do preconceito e das rotulagens que recaem sobre eles em diversos momentos de suas vidas.

Este processo reivindicatório, que acontece apenas durante uma semana por ano e mobiliza grande contingente de pessoas e de recursos, precisa ser eficaz e atingir seus objetivos nos diversos setores governamentais envolvidos com as questões indígenas. Podemos elencar os setores de saúde, educação e justiça, além do poder executivo, responsável por homologar as terras indígenas, e o poder legislativo, ponto sensível na produção de leis que impactam diretamente os povos indígenas.

Neste contato com esses diversos órgãos, que foram os mais falados pelos índios nas reuniões internas do Acampamento e que são tão importantes para a resolução de problemas de toda a “nação indígena” – expressão utilizada pelos participantes do ATL para se referirem ao grupo social maior representado por eles – a identidade social de um grupo indígena “grande”, “coeso” e “universal” é ininterruptamente acionada.

Assim, foi possível verificar durante a pesquisa que esta identidade genérica formada no ATL se faz refletir na própria identidade pessoal dos participantes do Acampamento. Por exemplo, nas caminhadas fora do Acampamento, mesmo sendo possível identificar algumas etnias por seus ornamentos e pinturas corporais, todos os manifestantes com os quais pude conversar faziam referência aos problemas mais graves, comuns a todos eles e não a problemas específicos de suas comunidades.

Como forma de compreender o posicionamento dos índios durante o ATL, que afirmam sua identificação de grupo social em resposta a acusações de aculturação pela sociedade nacional, é importante ressaltar o que observou E. Goffman (1963, p. 105-106), “a identidade social e a identidade pessoal são parte, em primeiro lugar, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão” (apud Oliveira, 1976, p. 119).

No transcurso da dupla jornada de esforços dos integrantes do ATL, que afirmam sua identidade indígena e ao mesmo tempo buscam soluções para muitos de seus problemas, interagindo com uma estrutura administrativa dominada pelos “brancos”, é impossível não se dar conta de uma lógica de contrastes e diferenças identitárias que sustentam as práticas dos índios em suas relações com os “brancos” e que podem ser explicadas pela noção de “identidade contrastiva” elaborada por Roberto Cardoso de Oliveira.

Segundo este autor,

a identidade contrastiva parece se constituir na essência da identidade étnica, i.e., à base da qual esta se define. Implica a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente. No caso da identidade étnica ela se afirma “negando” a outra identidade, “etnocentricamente” por ela visualizada (Oliveira, 1976, p. 120).

No caso do ATL, como dito, esta relação de contraste não se constrói entre as etnias indígenas que ali se reúnem. A “afirmação do nós diante dos outros” é acionada para diferenciar os índios dos “brancos” ou dos não índios. É uma forma de marcar as diferenças e legitimar as demandas dos índios que são diferentes das demandas da sociedade em geral. Entre essas principais demandas, podemos pontuar a demarcação de terras, a garantia do reconhecimento dos limites das terras demarcadas, o respeito pelos direitos indígenas garantidos pela constituição de 1988, bem como o acesso à educação e saúde diferenciadas.

A interação da PMDF com os índios começa quando estes últimos deixam o Acampamento e se dirigem para realizar seus protestos na Esplanada dos Ministérios. São nesses momentos que podem emergir uma tensão entre índios e PMs, podendo levar a desentendimentos e até a cenas de violência.

A falta de diálogo e de acordos com o Governo Federal gera uma tensão visível entre os manifestantes e a Polícia Militar acaba tendo que atuar entre os dois lados, em defesa da ordem pública, em situação muitas vezes delicada. Um exemplo dessa tensão me foi relatado por um policial militar que entrevistei e que prefiro não identificar. Seu depoimento exemplifica a situação delicada na qual os próprios policiais militares são por vezes colocados por alguns políticos.

Me veio um grupo de parlamentares, obviamente fazendo politicagem e querendo aparecer, me obrigar a deixar centenas de índios, com arco e flecha, entrarem no Congresso Nacional. Para qualquer pessoa entrar lá no congresso não tem toda aquela burocracia de identificação e verificação com detectores de metal? Por que com os índios seria diferente? Estávamos eu e poucos policiais fazendo a contenção dessa enorme quantidade de pessoas, evitando que conseguissem chegar na entrada do prédio, e ainda me vem um parlamentar querendo instalar o caos dentro do congresso. E se acontecesse um problema lá dentro, de quem seria a culpa? Da Polícia Militar, é claro (Policial militar, 2018).

Antes de tratar das práticas policiais no ATL, é importante lembrar que foram apresentadas ao longo deste trabalho as particularidades da identidade policial militar. Nessa ocasião, foi discutido o ideal de ordem, ideal que, como vimos, é intrínseco à instituição policial. Assim, devemos estar cientes que na interação entre policiais militares e indígenas temos duas culturas em contato e que cada uma alimenta estereótipos sobre a outra.

Esses estereótipos são baseados no desconhecimento de ambos os lados. Para os policiais militares, os índios, como ouvi algumas vezes, podem ser geralmente considerados como “selvagens” ou, ainda, “aculturados”. Por sua vez, os índios vêem os policiais militares como “violentos” e também “selvagens”. Todos esses rótulos são evidentemente simplistas e errôneos.

Alguns dias antes do início do ATL, na noite de 19 de abril de 2017 (“Dia do Índio”), me desloquei para o Memorial dos Povos Indígenas, pois tive informações de que estava acontecendo ali um encontro de uma comunidade

indígena de Mato Grosso. Ao chegar no local, fui informado por Jairo Mozart da comunidade Potiguar que alguns índios estavam no Cine Brasília para assistir ao filme *Martírio* de Vincent Carelli e que no Memorial aconteceria apenas um encontro particular de cura.

Desloquei-me, então, para o Cine Brasília onde a exibição do filme já havia começado. O documentário *Martírio* conta a história do povo Guarani e sua incansável luta para a recuperação de suas terras ancestrais. Observei que haviam alguns indígenas na sala, além de colegas e professores da UnB. Como pretendia conversar com algum indígena para saber como estavam as expectativas para o início do ATL e também coletar opiniões sobre a Polícia Militar do DF, fiquei na antessala com meu caderno de campo na mão, esperando uma oportunidade.

Aproveitei a saída de um indígena da sala para beber água para lhe perguntar sobre o documentário. Ele disse que o filme retratava a realidade de muitas aldeias. Perguntei se ele aceitava responder algumas questões de uma pesquisa que eu estava realizando sobre o ATL. Muito solícito, ele respondeu às questões e me disse que era filho de Pirakumã, o grande líder Yawalapiti. Essa foi a minha primeira entrevista com um indígena. Na ocasião, não imaginava que essa primeira entrevista teria uma relação com a última, feita meses depois, com o capitão da Polícia Militar que estampa a capa da publicação *Povos Indígenas no Brasil* (ISA, 2017). Durante a escrita desta monografia, percebi que ambos me confiaram atitudes do mesmo líder indígena.

Segunda-feira, dia 24 de abril de 2017 pela manhã, eu já estava no Acampamento. Acompanhei os quatro dias do evento desde a manhã até o início da noite. Enquanto observava as atividades internas, analisava também a atuação da PM com relação ao Acampamento, tanto no policiamento nas proximidades, quanto no policiamento nas duas caminhadas dos índios. A interação entre a PMDF e os indígenas se deu durante essas caminhadas.

Na segunda e na terça-feira existia apenas uma viatura de trânsito da PMDF estacionada no gramado central, voltada para a pista norte do Eixo Monumental. Essa viatura manteve certa distância do Acampamento e ali permaneceu das 7:00 até as 19:00. As duas caminhadas dos índios até o

Congresso Nacional ocorreram na terça e na quinta-feira. Na terça, houve confronto entre os índios e a PM. Na quinta-feira, a PM preparou linhas de contenção para que os índios não descessem para o Congresso Nacional com seus arcos, flechas e bordunas.

Assim, no primeiro dia do Acampamento, não existia movimentação policial visível. Apenas a viatura de trânsito já mencionada estava próxima ao local. Os índios ergueram suas barracas com bambu e lona. Esse material chegava em caminhões do GDF, assim como a água potável. Material de higiene pessoal, cobertores e colchoes também foram distribuídos pelo grupo de voluntários da organização.

No segundo dia, apenas a viatura de trânsito continuava no canteiro central, mantendo a mesma distância do dia anterior. Houve uma reunião na tenda principal do Acampamento. Ao redor dessa tenda, os índios fizeram uma grande roda de dança. Rodas menores também se formaram em volta das barracas de alguns grupos. O som dos maracás e os cantos ficavam mais altos, palavras de ordem começaram a ser lançadas, por exemplo “avance, avance, avance...”; “quem não pode com a formiga, não atija o formigueiro...”.



Foto 8: Reunião na tenda principal do Acampamento

Diversos caixões feitos de isopor e pintados de preto foram colocados no chão próximo à tenda. Foi decidido que eles seriam levados até o Congresso Nacional para simbolizar as mortes de indígenas no país. Os índios atravessaram então a pista norte do Eixo Monumental e se reuniram na pista sul. Alguns carros ficaram presos em meio à multidão, outros motoristas que estavam a certa distância pararam e o trânsito ficou retido na altura da rodoviária do Plano Piloto.

Os três policiais que estavam na viatura de trânsito foram para as proximidades do Museu Nacional. Entraram na pista, ao lado dos índios, e orientaram os motoristas a retirarem os veículos do local de marcha ré, até a rodoviária. Estes policiais não se dirigiram aos índios em nenhum momento. A aglomeração na pista e o seu necessário fechamento não pareceu, para aqueles policiais, ser um trabalho diferente do usual de outras manifestações.

Antes de todos os manifestantes se reunirem e começarem a caminhada, era possível observar duas viaturas do 6º BPM já colocadas próximo à Catedral Metropolitana de Brasília. Era o Grupamento de Pronto Emprego (GPE) que conheci posteriormente quando realizei a pesquisa nos quartéis. Estas viaturas se deslocaram rapidamente para a Esplanada dos Ministérios e se adiantaram ao deslocamento dos manifestantes.

O comandante do batalhão e mais alguns policiais chegaram enquanto a marcha ainda estava sendo organizada em frente ao Museu Nacional. Eles tentaram orientar a multidão a utilizar apenas três faixas da Avenida. Não observei atitudes ou olhares de estranheza ou surpresa dos policiais para com os índios. Não percebi também nenhum tipo de provocação de ambas as partes.

O interesse do pessoal do 6º BPM parecia ser simplesmente organizar o espaço físico das vias ocupadas pelos manifestantes ao longo de toda a Esplanada dos Ministérios para que a passeata não impedisse a total circulação do trânsito. O comandante gesticulava para todos os participantes se dirigirem para as três faixas da esquerda e deixarem as outras três faixas livres para os carros. Quando algumas lideranças chegavam próximo a ele, pedia também apoio para que eles organizassem toda a marcha dentro das faixas de rolamento e que não ficassem atrás dele, de modo a não ser cercado pelos manifestantes.

O objetivo de viabilizar o trânsito, mesmo com restrições, não foi alcançado. Toda a pista sul e parte do canteiro central acabaram sendo ocupados em toda sua extensão pelos índios.

A quantidade de policiais ao longo da avenida, somando os da viatura de trânsito, não chegava a 15. Procurei observar com atenção se algum policial provocaria ou interpelaria alguma pessoa, mas isso não ocorreu. Em certo ponto da caminhada, alguns policiais saíram da avenida, pois os índios já haviam ocupado todas as faixas. Próximo à Catedral Metropolitana, um casal indígena aproveitou para tirar fotos junto aos policiais. Não havia nenhuma desavença ou episódio de violência até então.



Foto9: Policiais tentam desviar a manifestação para as três faixas à esquerda da via S1

Segui a marcha em direção ao Congresso Nacional. Muitos índios já haviam passado pelo espelho d'água e outros continuavam descendo pela grama nas laterais do estacionamento externo. Na entrada da garagem do prédio, que dá acesso à entrada inferior, a Polícia Legislativa já estava disposta em linha, com escudos e capacetes. A maior parte dos índios se aglomerou

nessa entrada e outros se dirigiram para a frente do prédio. Foi nesse momento que a tensão cresceu e que começou um conflito.

Quando cheguei próximo ao tumulto, os policiais legislativos já haviam utilizado gás lacrimogêneo para afastar os índios. A ação da PM veio logo em seguida, também com o lançamento de bombas de gás lacrimogênio contra os índios. O revide veio na sequência com o lançamento de flechas contra os policiais. Enquanto muitas índias voltavam correndo, os índios disparavam as flechas ou chutavam as bombas de gás. Corri para o centro do tumulto, respirei muito gás, mas consegui filmar o que achava necessário. Ao chegar na calçada em frente ao Congresso, presenciei índios golpeando uma viatura da Polícia Legislativa com bordunas.

Os índios que ainda estavam próximos ao prédio foram dispersados com mais bombas de gás lacrimogênio. Todos seguiram então rumo ao Acampamento, não sem lançar mais algumas flechas contra os policiais. Da calçada que alcancei, consegui verificar, pelo uniforme, que os policiais que estavam atirando as bombas eram do BPCoque. Os ônibus dessa unidade policial estavam na pista norte do Eixo Monumental, na lateral de um prédio.

Neste momento, testemunhei na prática o dilema que existe entre as atividades dos dois grupos em confronto. Os índios reconhecem suas práticas como legítimas, afinal de contas estão reivindicando seus direitos como povos indígenas, direitos garantidos pela Constituição, mas que não são aplicados. Os policiais, por sua vez, também reconhecem suas práticas como legítimas, pois, estão atuando de acordo com preceitos legais de manutenção da ordem pública e proteção dos Poderes constituídos. De um lado, a livre manifestação em busca da implementação efetiva de direitos, de outro, o ideal de ordem.

Após o confronto, passei pelo Acampamento. Já era início de noite e não havia muita movimentação. Segui para casa e tratei de organizar as fotos e assistir aos vídeos que realizei. Foi durante esta manifestação que percebi que não poderia deixar de realizar a pesquisa no 6º BPM e no BPCoque, unidades cujos policiais tiveram interação direta com os índios e que poderiam expor opiniões e falar sobre as suas práticas em relação aos índios.

O terceiro dia do Acampamento foi marcado por reuniões. Vários representantes de comunidades ainda estavam chegando e o movimento de distribuição de cobertas, colchonetes e itens de higiene pessoal na tenda dos voluntários da organização ainda era grande. Foi nesse dia que realizei a maior parte das minhas entrevistas com os indígenas. Devido ao ocorrido no dia anterior, as falas sobre a PMDF eram mais espontâneas e as críticas negativas com relação a sua atuação eram comuns.

Nestas entrevistas, alguns me disseram que identificam os policiais federais, os policiais militares e os militares do Exército por suas fardas, porém outros disseram nunca ter tido contato com esses órgãos de segurança. Em sua maioria, os índios me disseram que tinham pouco contato com a PMDF porque ela não pode entrar em suas comunidades. No entanto, para eles, os policiais militares são identificados com as instituições de poder e com a repressão. Dizem também que muitos são manipulados pelos governos locais.

Em relação especificamente à PMDF, alguns indígenas me disseram que os policiais militares de Brasília eram “violentos”, que eles não respeitam as questões indígenas e que não estão preparados para lidar com as manifestações, incluindo aí as mobilizações indígenas:

“O governo recebe as reivindicações indígenas com bala e bomba, os policiais de Brasília também são parciais, assim como são as bancadas do Congresso. Os policiais são racistas e despreparados” (índia da etnia Tuxá, abril / 2017).

“O policial é trabalhador, é segurança, não é uma ameaça. A polícia pode provocar, mas o acampamento vai ser pacífico. O confronto que aconteceu na Copa do Mundo foi sacanagem porque foi preconceito” (indígena Yawalapiti, abril / 2017).

“Nunca tive contato com a Polícia de Brasília e pelo que estou vendo acho que pode haver confronto. Primeiro vem a ordem do Congresso e manda polícia, o mais importante é [a ordem do] comandante, o policial vem pra cumprir o trabalho dele”. (índio Xucuru-Kariri / abril 2017).

“Já tive contato com a PM de Brasília e foi conflituoso, estava na mobilização para a votação da PEC [215]¹¹, foi quando um policial levou uma flechada no pé. Não tenho medo da polícia, tenho respeito se a polícia respeitar. Eles não são preparados e tratam os índios como animais, já vi porrada e xingamentos” (índia Kaiabi / abril 2017).

Muitos disseram que tinham medo da PM, enquanto outros, já prevendo o confronto, afirmaram que estavam “preparados para a guerra”. Um detalhe foi marcante nas entrevistas: todos os índios que entrevistei levantaram a necessidade de serem tratados com respeito pela PM.

“A polícia de Brasília não é cidadã, está aqui para barrar a reivindicação. A polícia protege atacando, parece que leva para o lado pessoal. Eu não tenho medo, tenho um certo rancor. Já apanhei, mas também já ataquei” (índio Tremembé / abril 2017).

“Como minha comunidade é na fronteira, nunca vi PM por lá, somente Exército. Aqui em Brasília a PM pede o roteiro das caminhadas, mas nunca dá retorno. A PM não está preparada para mobilizações em geral, inclusive indígena. Não tem sensibilidade, somente o uso da força” (índia kaxuyana / abril 2017).

A quinta-feira foi praticamente o último dia do Acampamento, pois as atividades da sexta-feira foram basicamente organizar as pessoas de volta em suas caravanas, desmontar as barracas, organizar as bagagens e os ônibus que ficaram durante todo o evento estacionados próximo ao Teatro Nacional.

Ao chegar ao Acampamento, neste último dia de efetivo trabalho dos índios, percebi uma atmosfera parecida com a de terça-feira. Havia na tenda principal muitos cânticos e algumas comunidades realizaram suas danças. Próximo a algumas barracas também se formaram rodas de dança.

Na tenda principal, onde inúmeras lideranças discursaram, estava sendo decidido o formato da última marcha pela Esplanada dos Ministérios. Muitas

¹¹ A PEC 215 inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcadas já homologadas.

lideranças pediam calma aos índios que se manifestavam com discursos inflamados e não aceitavam fazer a marcha sem suas bordunas e arcos.

Não vi, em nenhum momento, a presença de representantes da Funai, da PM, do Legislativo ou dos Ministérios dentro do Acampamento, o que parece dificultar ainda mais a interação entre representantes indígenas com representantes desses órgãos. Em seus discursos, algumas lideranças explicavam que a PM faria uma barreira para evitar que os índios descessem “armados” para o Congresso Nacional.

Os mais comedidos também explicavam que havia sido elaborado um documento geral durante o Acampamento com as principais demanda dos índios, que todos precisavam compreender a importância desse documento e que ele precisava ter seu recebimento homologado nos ministérios da saúde, educação e justiça. Assim, pediam calma aos manifestantes, dizendo que, caso houvesse outro confronto, como o ocorrido na terça-feira, todo esse trabalho poderia não chegar ao seu destino.



Foto 10: Policiais em linha na Esplanada dos Ministérios

Enquanto uma liderança ainda falava na tenda principal, alguns índios já atravessavam a pista norte do Eixo Monumental em direção ao Museu da República. O pedido da organização para que aguardassem mais um pouco antes de saírem foi ignorado. Em frente ao Museu da República, a PM tinha organizado uma barreira com os policiais dispostos em uma linha.

Ao lado da barreira havia sido reservado um local cercado para que os índios colocassem suas flechas, arcos e bordunas. Essa barreira foi respeitada pelos indígenas que depositaram ali seus artefatos. Alguns índios mais jovens tentaram furar a barreira e passar com suas armas, porém foi novamente solicitado pelos policiais que depositassem esses objetos no local reservado e que ao final da manifestação poderiam retornar para reavê-los.

Nesta barreira aconteceram alguns desentendimentos que me causaram surpresa. Foram diversas discussões entre PMs e não-índios, esses últimos estavam agitados por causa da existência da barreira. Seria compreensível se esperar alguma tensão entre os índios e os policiais, mas a tensão envolveu somente não-índios, apoiadores da causa indígenas.

Assim, um jovem branco que portava uma máscara antigás e vinagre não aceitou descer sem o material e a ação da PM de não o deixar passar resultou na reação de seus colegas. O mesmo aconteceu com uma mulher não-indígena que não aceitou abrir sua bolsa para os policiais, já que não havia uma policial feminina na barreira. Por último, outro jovem branco que passou a barreira, voltou acusando os policiais de o terem provocado. Os policiais disseram que as provocações tinham vindo dele, o colocaram em uma viatura e o levaram para a delegacia. Apesar desses atritos, a barreira foi respeitada pelos índios e funcionou bem.

Nas entrevistas que realizei posteriormente com os policiais, observei que eles reclamaram muitas vezes de uma prerrogativa implicitamente aplicada aos índios, ou seja, a faculdade de não responderem por seus atos. Esta barreira feita no início da marcha me pareceu uma forma de prevenir atos de violência dos índios que, na visão policial, poderiam ficar impunes, como é o caso do uso do arco e flecha contra os policiais.

Nesse dia da segunda marcha, o esquema de segurança estava muito mais rigoroso. Havia policiais de todas as unidades da PM espalhados pela Esplanada dos Ministérios. O Choque Montado (cavalaria) estava presente. Diversas viaturas estavam ao lado do Congresso Nacional. Além disso, grades foram colocadas antes da pista que fica na frente do congresso e os índios ficaram contidos ali.



Foto 11: Policiais informam aos índios que eles deverão deixar ali suas “armas”

No final da marcha, observei alguns pontos que pareciam mais positivos que os observados na marcha anterior. Muitos indígenas puderam conceder entrevistas para a imprensa, pois havia um clima mais ameno em frente ao Congresso Nacional, mesmo com uma grade instalada no local. Alguns indígenas também conversaram com os policiais, como foi o caso do comandante do 6º BPM que manteve, juntamente com outros policiais, uma conversa amistosa com uma liderança indígena. E o que seria mais importante: as lideranças foram recebidas no Ministério da Justiça onde puderam entregar o documento com as reivindicações acordadas no ATL.

A marcha terminou no início da noite e não pude entrevistar mais nenhum indígena. Todos retornaram para o Acampamento e, mesmo com todo o aparato policial disposto pela Esplanada dos Ministérios nesse dia, os índios pareciam estar satisfeitos com o ocorrido no último dia de suas atividades. No carro de som da organização, que retornava junto com os manifestantes, alguns índios entoaram canções que enalteciam os povos indígenas e seu modo de vida. Essas canções substituíram os gritos de guerra de outrora, que exigiam a demarcação de terras e o respeito aos povos indígenas.



Foto 12: Indígena concede entrevista a órgãos de imprensa

A atuação da PMDF durante a segunda marcha indígena foi completamente preventiva, o que evitou o uso da força repressiva e um enfrentamento. Os índios, mesmo tendo, em um primeiro momento, discordado em ir para a marcha sem suas “armas”, também contribuíram para o clima pacífico ao aceitar deixar seus arcos, flechas e bordunas no Acampamento. Com esses esforços dos dois lados para evitar a violência, foi possível verificar, no final do ATL, uma interação mais serena entre índios e policiais militares, baseada no diálogo e não no enfrentamento.



Foto 13: Conversa descontraída entre uma liderança indígena e o comandante do 6º BPM

4.2 – A visão dos policiais militares sobre os índios

Os policiais militares do Distrito Federal não tiveram contato com os indígenas brasileiros apenas no Acampamento Terra Livre de 2017. Este foi somente o evento no qual realizei meu campo de pesquisa sobre o tema e onde pude analisar a interação dos policiais com os índios. Foi depois desta primeira vivência no ATL que parti para a pesquisa junto aos policiais militares, dentro das unidades da PMDF.

No entanto, todas as experiências policiais com os índios são importantes para compreender seus pontos de vista sobre a cultura, as atitudes e as reivindicações indígenas. As vivências dos policiais, mesmo antes de ingressarem na corporação, na infância e fase escolar, também foram importantes para que eu pudesse compreender se o trabalho policial foi capaz de alterar opiniões anteriores sobre os índios. Aproveitei da boa memória de alguns policiais que falaram sobre outras ocorrências que não foram tão difundidas como os confrontos nas marchas do ATL 2017.

De acordo com o trabalho da professora Alcida Rita Ramos, *O Índio Hiper-Real* (1995), o movimento indígena brasileiro começou a se organizar na década

de 1970 com as primeiras assembleias indígenas regionais, que contaram com importante apoio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em 1982 houve o primeiro encontro de líderes indígenas em Brasília. O movimento, “a essa altura, já se tornara pan-indígena, alcançando todas as regiões e a grande maioria dos povos indígenas do país” (Ramos, 1995, p.2).

Além dessa experiência pioneira de 1982, Brasília foi palco de outros momentos-chave para a participação dos povos indígenas em decisões políticas importantes, como na Assembleia Constituinte de 1988. Nos últimos anos, tivemos outras participações periódicas dos índios como a Mobilização Nacional Indígena em 2013, a intervenção no episódio de tentativa de construção do Setor Noroeste sob o Santuário Sagrado dos Pajés (da etnia Fulni-ô Tapuya), o confronto com a cavalaria da PMDF na exposição da taça da Copa do Mundo em 2014, e os ATLS que vêm se repetindo ao longo dos últimos 15 anos.

A PMDF participou de todos esses eventos, realizando a manutenção da ordem pública. Assim, ela pôde interagir com os indígenas que participaram dessas atividades, não limitando sua atuação aos ATLS. Embora não tenha um conhecimento da “questão indígena”, a PMDF tem uma experiência prática em lidar com índios. Até o momento, nenhum trabalho etnográfico foi realizado sobre esta interação entre os policiais militares e suas relações com esse Outro específico que são os indígenas.

Neste trabalho, escolhi os índios como um exemplo de alteridade da identidade dos PMs. Para tanto, procurei compreender as representações policiais sobre eles. Levei em consideração não apenas as experiências do ATL/2017, mas também outras vivências com indígenas que os policiais tiveram em outras ocasiões. Como dito anteriormente, os policiais também construíram imagens sobre os índios antes de ingressarem na PMDF. Os que tiveram algum contato com índios antes de se tornarem policiais militares também puderam opinar se o contato no exercício da profissão alterou sua maneira anterior de representar os índios.

Existia esse interesse em entender se os policiais definem os indígenas como cidadãos, como “selvagens” ou como “aculturados”, ou ainda, como ouvi uma vez de um interlocutor, como aqueles que “querem dar uma de índio

enquanto aproveitam das coisas do branco”. E também se o fato de interagirem com os índios em momentos de tensão e/ou violência os leva a ter uma visão negativa ou de desencantamento em relação aos índios.

Por ter realizado esta pesquisa, alguns colegas da PM, quando me encontram, começam a me perguntar, em tom de brincadeira, como “estão os índios”, se já concluí o meu curso e com qual comunidade indígena estou convivendo. Outros colegas procuram tirar dúvidas sobre rótulos e costumes indígenas. Assim, entre os PMs de Brasília, virei um “especialista em índios” sem nunca ter trabalhado com nenhum povo. Quando dizia aos meus colegas que o pouco que eu sabia era essencialmente fruto do aprendizado que tive durante a pesquisa e com as próprias experiências deles, sempre achavam curioso e sentiam a necessidade de me atualizar, contando alguma nova ocorrência ou experiência pessoal envolvendo índios.

Falar sobre os índios nos quartéis causou estranheza em apenas um dos meus interlocutores durante uma entrevista. Este pareceu diminuir, a princípio, a importância do tema, mas ao longo da conversa apresentou diversas experiências sobre problemas enfrentados por ele, como a ausência de Funai e da Polícia Federal nas manifestações indígenas que monitorou.

Nas outras entrevistas e em todos grupos focais, o tema foi muito bem recebido, inclusive, como dito antes, em alguns grupos focais a conversa durou mais de duas horas e muitos policiais fizeram questão de trazer seu ponto de vista sobre diversos questionamentos que apresentei.

A primeira questão que procurei entender, tanto nas entrevistas como nos grupos focais, foi sobre o preparo dos policiais, com as instruções recebidas nas academias policiais para trabalhar com minorias étnicas, especialmente com indígenas e suas manifestações. A minha experiência pessoal me mostrou que esse tema não é suficientemente tratado nos cursos policiais. No entanto, para minha surpresa, a metade dos policiais com os quais tive contato disse receber instrução suficiente para fazer o policiamento dos indígenas e poucos reclamaram da ausência da Funai e da PF nesses eventos.

Como sei que esse tema não é especificadamente tratado nas escolas policiais, não havendo disciplinas de sociologia ou antropologia e sendo

raramente tratado na disciplina de direitos humanos, acabei por concluir que os policiais que se dizem preparados para esse contato com os indígenas o fazem por julgarem suficientes as instruções que são passadas pelo comandante do policiamento, minutos antes da distribuição dos policiais pela Esplanada dos Ministérios.

Quando solicitei que cada policial fizesse algumas considerações sobre essas minorias, obtive uma grande diversidade de respostas, das quais posso destacar: “prejudicadas”, “sofredoras”, “desfavorecidas”, “normais”, “não há distinção”, “que precisam conhecer também os seus deveres”, “violentas”, “arruaceiras”, “grupos que buscam seu espaço na sociedade” e “pessoas com alguma individualidade ou exclusividade”.

Quando solicitei que descrevessem especificamente os índios, também obtive respostas muito diversificadas e muitos preconceitos que não me parecem específicos da profissão já que eles podem ser encontrados na sociedade em geral:

“Minoria, que pela sua história, merecem alguns direitos diferenciados. Apesar de que em minha opinião são oportunistas e preguiçosos”. (Policial do grupo focal, janeiro / 2018)

“Uma etnia sem futuro, preguiçosos e só querem ganhar as coisas prontas. Para mim, essa etnia em si não deveria existir”. (Policial do grupo focal, dezembro / 2017).

“Usa a cultura indígena para “se dar bem”, mas não vive como índio. Não produz nada e quer ser sustentado pelo Estado e não quer viver como índio”. (Policial do grupo focal, janeiro / 2018)

“Um cidadão que assim como tem os direitos, deveria ter as mesmas obrigações. É um povo que serve como massa de manobra”. (Policial do grupo focal, janeiro / 2018)

“Pessoas que vivem na natureza. E como uma etnia que a cada dia perde mais espaço”. (Policial do grupo focal, novembro / 2017)

“É o ser original das Américas, são subjugados pela maioria da sociedade. São pessoas manipuladas que veem a PM como inimigo”. (Policial do grupo focal, janeiro / 2018)

“Estão inseridos em nossa sociedade, muitos de nós somos descendentes diretos dos índios. É um povo que luta por seus direitos”. (Policial do grupo focal, janeiro / 2018)

“Tem que ser respeitados e preservar seus costumes. A maioria está exercendo seus direitos”. (Cabo T., julho / 2017)

“Um grupo cada dia menor e mais civilizado, muitas vezes a contragosto, pela própria sociedade. É um ser humano igual aos outros, porém com algumas fragilidades sociais que devem ser preservadas”. (Policial do grupo focal, novembro / 2017)

O conhecimento que os PMs têm das reivindicações indígenas limita-se, geralmente, à questão territorial. Assim, eles foram unânimes em dizer que os índios “lutam por terra”, havendo algumas variações nas respostas, como: “pela demarcação de suas terras”, “questões agrárias”, “reintegração de terras” e “preservação de terras”. Poucos citam também a saúde, “a preservação da cultura” e “a proteção cultural”.

Quando perguntei como julgavam essas reivindicações, o grupo ficou dividido. Metade disse que as reivindicações eram justas ou “necessárias, mas com controle do Estado”. A outra metade afirmou que as reivindicações indígenas são “injustas”, “erradas” e “exageradas”. Assim, para esse segundo grupo, os índios não deveriam ter um tratamento diferenciado, deveriam ser considerados cidadãos como quaisquer outros.

Essa ideia remete a outro ponto que causou a mesma divisão nas respostas, ou seja, o fato de o índio ser ou não um “manifestante especial”. A metade das respostas foi que os índios são manifestantes como outros quaisquer, não havendo nenhuma especificidade a ser tomada em relação a eles. A outra metade dos interlocutores, no entanto, disse que os índios são sim “manifestantes especiais”. Nesse segundo caso, no entanto, é interessante notar que essa especificidade não é atribuída às suas culturas diferenciadas, mas ao fato de eles estarem armados e não hesitarem em usar suas armas. Nesse

sentido, alguns policiais me disseram ainda que atuar no policiamento de uma manifestação indígena é como ir para uma “guerra”, pois a todo momento sabem que podem ser feridos ou mortos com uma flechada.

Perguntei aos policiais como acham que são vistos pelos índios nas manifestações. As respostas foram uníssonas: “como inimigos”, “presença ameaçadora”, “oponentes de batalha”, “possível ameaça” e “força do governo”. Poucos foram os que não falaram sobre essa visão negativa que os índios têm da presença da polícia. Um policial disse que “os índios entendem a presença do policial militar como um defensor dos interesses do bem comum”. Outro afirmou que a presença da PMDF é “irrelevante para eles”.

Todos os policiais disseram que seus encontros com os índios se deram essencialmente na Esplanada dos Ministérios, porém um policial que trabalhou na Asa Sul e hoje trabalha no Centro de Manutenção, disse-me que no final dos anos 1990 atendeu a três ocorrências envolvendo indígenas. Uma foi em frente a Funai, outra em uma boate na W3 Sul e a terceira no ataque cruel que resultou na morte do índio Galdino¹², da etnia Pataxó.

Na ocorrência em frente a Funai, ele me contou que vários índios queriam entrar juntos no prédio e foi muito difícil para eles aceitarem escolher somente alguns indígenas como representantes para entrar. Na outra ocorrência, um pequeno grupo de índios se recusou a pagar pelo consumo num bar e o proprietário chamou a polícia, mas desistiu de registrar ocorrência porque achou que não ia dar em nada. Na ocorrência do ataque ao índio Galdino, o policial me contou que chegou ao local logo após o índio ter sido socorrido e levado ao hospital.

Poucos policiais tiveram contato com índios antes de ingressarem na PMDF. A grande maioria não teve nenhum contato e tomou ciência da existência e das reivindicações indígenas na escola, nas aulas de história, e pela televisão.

¹² Na madrugada do dia 20 de abril de 1997, cinco jovens de classe média brasileira atearam fogo em um homem que dormia na parada de ônibus da 704 sul. Esse homem era Galdino de Jesus, liderança da comunidade Pataxó Hã Hã Hãe que havia participado de reuniões na sede da FUNAI até a madrugada desse fatídico dia e se perdeu entre a FUNAI e a pousada que estava hospedado. Segundo informações de alguns jornais da época, Galdino resolveu dormir nesse ponto de ônibus para poder se deslocar para a pousada quando o dia amanhecesse. Esta data marca mais um ato de extrema violência contra um índio brasileiro.

Dos poucos que tiveram contato, quatro me chamaram a atenção. Um disse que sua bisavó era de uma comunidade indígena do Estado de Goiás, mas não sabia sua origem étnica. Outro relatou que tinha como vizinhos uma família indígena que possuía casa, carro e emprego formal, o que era estranho para ele. O terceiro disse que na infância fora criado em um local que abrigava também algumas crianças indígenas, mas não quis revelar maiores detalhes. E o último afirmou que, também na infância, conheceu índios que vendiam alimentos e artesanatos na Ilha do Bananal.

Usando por base essa convivência mais próxima com os índios ou o contato através de livros na fase escolar, perguntei se o contato real com os índios nas manifestações mudou a concepção anterior que possuíam sobre eles. Esse também foi um ponto que dividiu as opiniões dos meus interlocutores. Muitos disseram que o contato com os índios nas manifestações não alterou a visão que possuíam anteriormente e que já sabiam que os índios estavam “perdendo sua cultura”.

Os policiais que afirmaram ter mudado sua opinião sobre os índios após encontrá-los nas manifestações alegam alguns fatores para o ocorrido:

“O convívio direto me fez conhecer de perto a luta por seus direitos.” (Policial do curso de sargentos, novembro / 2017)

“Percebi limites no que tange o acesso aos seus direitos”. (Policial do 6º BPM, dezembro / 2017)

“O trabalho mostrou que devemos ser cautelosos”. (Policial do BPChoque, dezembro / 2017)

“Fiquei com a visão de que índio é um ser violento, não teme as leis”. (Policial do curso de sargentos, novembro / 2017)

“Os índios estão mais urbanizados, índios de Iphone”. (policial do RPMon, janeiro / 2018)

“Eles acham que podem fazer o que querem”. (Policial do RPMon, janeiro / 2018)

Durante as conversas e as entrevistas, antes de discutimos os problemas nas manifestações, procurei saber se na visão dos policiais os índios deveriam

ter alguma atribuição além daquelas que eles haviam descrito inicialmente. Obtive algumas respostas como: “lealdade”, “amor pelas tradições históricas”, “serem menos hostis”, “terem respeito”, “ter vontade de ser útil”, “produzir”, “serem fieis à sua origem”, “ser pacífico”, “ser sociável” e “pelas suas peculiaridades, já está bom”.

Muitos policiais produzem estereótipos negativos sobre os índios. Estes estereótipos podem ser encontrados na PM, mas não devem ser vistos como exclusivos da corporação, já que também estão presentes na população em geral. Os policiais militares dizem, por exemplo, que os índios estão “aculturados”, que estão “perdendo sua identidade”, que querem “vender as riquezas naturais de suas terras”, que querem “regalias sem pagar o preço necessário” e, ainda, que “querem direitos, mas não deveres”. Mas é importante notar que, embora seja comum, esse pensamento não é unanimidade entre os policiais com os quais fiz a minha pesquisa.

No sentido contrário, outros policiais reconhecem as interferências e as violências que os índios sofreram em suas vidas desde a chegada dos portugueses. Eles se mostram cientes das dificuldades que essas populações passam hoje em dia para exigir seus direitos, sabem das peculiaridades de seus costumes e consideram fundamental que o Estado brasileiro proteja suas terras e culturas.

Dessa forma, não foi possível definir um padrão único do pensamento dos policiais da PMDF em relação aos índios. A visão que esses policiais militares têm sobre os índios é bastante diversa e depende muito mais da história de vida, da formação de cada indivíduo e de sua visão de mundo do que da sua função de policial militar propriamente dita. Por isso, poucos foram os pontos em que os policiais foram unânimes. Os únicos pontos de unanimidade foram quando afirmaram que a principal reivindicação dos índios diz respeito à terras e que eles (os índios) possuem uma visão negativa sobre a presença da polícia nas manifestações.

A identidade policial, atuando em plenitude durante as manifestações, exige ordem dos manifestantes, independentemente deles serem índios ou não. Assim, por exemplo, durante o policiamento, os PMs têm a expectativa de que

os manifestantes indígenas ocupem apenas algumas faixas do Eixo Monumental e permitem que o trânsito flua, que eles não quebrem os prédios públicos ou os invadem, ou ainda que não ataquem a própria polícia, já que isso é percebido pelos policiais como uma afronta à instituição estatal responsável pela ordem.

Conversando com os policiais durante a realização da pesquisa foi possível perceber que seus ideais de ordem estão sempre em vigor em suas práticas nas manifestações indígenas. Todos se dizem explicitamente responsáveis por não permitir “que o caos se instale”, mas seus pontos de vista particulares sobre a identidade e as atitudes dos índios são bastante diversos.

Quanto aos confrontos, percebi, nas falas dos policiais, que alguns acreditam que os índios deveriam ter um posicionamento mais compatível com um modelo de manifestação ordeira, não trazendo armas para as manifestações ou tendo seus ônibus vistoriados nas estradas antes de chegarem em Brasília. Parece que os policiais esperam um tipo de índio ideal. Um índio “sociável e pacífico”, compatível com os rumos que a democracia diz tomar, pautando-se pelo “diálogo”. Mas como fica essa exigência quando a democracia, como afirmam os próprios índios, não dialoga com eles?

Essa construção de um “índio ideal” por parte dos policiais militares lembra a ideia de “índio hiper-real”, cunhada pela professora Alcida Ramos:

Então, para cumprir o destino ocidental da burocratização e, ao mesmo tempo, lidar com questões indígenas, a saída parece ter sido inventar um índio “burocratizável”. Os índios “de carne e osso” começam a ser filtrados, sua alteridade indomada, criadora de desordem em potencial ou de fato para as entidades, sofre um processo de domesticação e surge então um modelo de índio, que seria uma espécie de “índio-modelo” (Ramos, 1995, p. 7).

Assim, alguns policiais, ao esperarem um tipo idealizado de comportamento dos índios, estão esquecendo que, na verdade, seu trabalho é interagir com índios “de carne e osso”. Se os policiais basearem suas práticas na existência de um arquétipo de índio “pacífico”, estarão esperando o mesmo

que as ONGs, os Ministérios, o Legislativo e até a Funai esperam ao chamar a Polícia Militar para conter os índios que querem entrar todos de uma vez nos seus escritórios. É como se o policial militar almejasse que o índio se convertesse à burocratização que ele mesmo foi obrigado a aceitar, por força de códigos de conduta e sanções legais, sem se dar conta que a sua real função é resolver a crise gerada pela não existência do “índio-modelo”.

Assim, qualquer que seja a visão pessoal que os PMs têm dos índios, todos esperam por ordem e, às vezes, por um “índio pacífico” e “respeitoso”. De modo geral, a Polícia Militar, que carrega consigo, desde 1626, toda a sua história de mantenedora da ordem e, como se sabe, pune com duras penas os próprios policiais que não se adequam aos ideais democráticos imputados a ela ao longo dos anos, espera por esse comportamento “sociável” e “idealizado” do índio que vem a Brasília fazer suas reivindicações. Porém, outros integrantes da instituição não partilham desse ponto de vista.

Para finalizar, cabe relatar uma cena que eu mesmo presenciei enquanto filmava o confronto dos índios e dos policiais no segundo dia do ATL 2017. Naquela tarde, enquanto flechas e bombas de gás cruzavam a frente do Congresso Nacional, pude ver, da calçada que consegui alcançar, um coquetel sendo servido dentro do Congresso Nacional. Algumas pessoas pareciam preocupadas para saber se não seriam importunadas pelos índios ou se seus carros, estacionados na frente do congresso, não seriam danificados. Outras, no entanto, pareciam presenciar as cenas do confronto como quem assiste a um espetáculo exótico no conforto de uma poltrona de teatro ou cinema. A polícia estava lá para “manter a ordem social”, para conter os “índios reais”, não permitindo que os “selvagens” alterassem a “paz” do Congresso Nacional.

A polícia está “amarrada” às suas atribuições constitucionais de mantenedora da ordem pública e da incolumidade do patrimônio público e privado. Foi burocratizada de forma a se adequar às exigências de proteção aos cidadãos conforme determina o Estado Democrático de Direito. Assim, ela não distingue entre esses cidadãos que podem ser índios que manifestam insatisfeitos frente ao governo ou membros da elite que desfrutam de um coquetel com vistas para a Esplanada dos Ministérios. O Estado Democrático de Direito precisa ser mantido e possui inúmeros dispositivos legais para

constranger, punir e até expulsar os policiais militares que não realizam seu trabalho dentro da legalidade exigida.

Por isso, pude verificar que quando os policiais reclamam das atitudes dos índios, da sua falta de deveres, do seu desrespeito às leis, das suas graves atitudes que ficam sem punição, como atirar flechas contra aqueles que se entendem como representantes da instituição responsável pela manutenção da ordem, eles estão na verdade cobrando do Estado Democrático que seja dispensado aos índios os mesmos rigores da lei que são dispensados a eles, já que consideram que todos devem ser iguais perante a letra da lei.

Percebi que todo o empenho para realizar esta pesquisa desaguou na compreensão dos costumes de uma comunidade que possui a finalidade de manter a ordem física diante dos dilemas políticos e sociais enfrentados pelo país. Para cumprir essa sua missão, essa comunidade tem suas próprias visões de mundo restringidas por códigos de conduta e ideais de ordem legalistas. Só é possível ter acesso à natureza dos ideais de ordem e às visões de mundo dos policiais militares do Distrito Federal acessando seu universo.

Conclusão

Ao iniciar este estudo, tinha a convicção de que o trabalho orbitaria em estudar o universo policial. Não havia como prever os resultados aos quais chegaria ao final do trabalho etnográfico, mas, desde o início, pensei que não era suficiente estudar o universo policial isoladamente. Era também necessário compreender como ele se comportava frente a outro grupo social, já que o trabalho da polícia é realizado na rua, sempre em contato com diversos grupos sociais, mesmo que sua existência remeta ao mundo do quartel.

O quartel é o lugar onde os policiais convivem. Lá, frequentam os mais diversos cursos e se preparam para atuar e se relacionar com a população. É um lugar militarizado que preconiza a disciplina e onde cada policial ocupa um lugar específico numa rígida cadeia hierárquica. Por isso, foi importante ter observado esse *lócus* militar a partir da visão dos nativos.

O mundo do quartel era o meu próprio universo. Convivia tranquilamente com meus semelhantes e com as minhas atribuições. Porém, alguns fatos começaram a alterar esse equilíbrio. Passei a observar rotulagens externas que não eram compatíveis com as opiniões que tinha de mim mesmo enquanto policial militar. Percebia que muitos colegas também não se viam representados por esses estereótipos. Vivenciei, ainda, a utilização desses rótulos na própria academia, inclusive na antropologia, uma disciplina que procura nos ensinar a lutar contra ideias preconcebidas e a entender o “ponto de vista dos Outros”.

Este trabalho é o resultado dessas inquietações. Foram elas que determinaram os rumos da pesquisa, sua metodologia e me fizeram vencer as dificuldades do campo para compreender melhor o meu próprio universo de trabalho como policial militar do Distrito Federal, além da interação da instituição com os indígenas.

Decidi ir a fundo na história institucional. Entendi que era preciso compreender a construção da identidade da Polícia Militar desde os tempos em que a atividade policial se iniciou no Brasil. O intuito dessa busca histórica era saber se a PM esteve atrelada a um sistema de justiça ou ao Exército Brasileiro. Ao explorar essa história, foi possível compreender que o surgimento da

atividade policial esteve intimamente ligado ao sistema de justiça colonial até a chegada da Família Real em 1809.

Como vimos, o quadrilheiro foi o primeiro “policial militar”. Era ele quem realizava o policiamento das vilas e de seus arredores. Esse policial, em sua origem, era encarregado da manutenção da ordem pública sem a interferência da estrutura militar colonial. O Exército português já estava presente na colônia, mas tinha uma atribuição diferente. Sua missão era proteger as fronteiras dos invasores estrangeiros e ele não era responsável pela “segurança pública”.

Um estigma contemporâneo, criado anacronicamente, foi relacionar o atual policial militar com a figura do capitão-do-mato. Esta relação foi centrada na figura do quadrilheiro que, sendo o real precursor do policial contemporâneo, teve sua “instituição” reconhecida pelo Ouvidor Geral em 1626. A confusão se deu por uma ação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que, em uma correção posterior, resolveu nominar o quadrilheiro como capitão-do-mato para tentar tornar o ofício mais atrativo. Vale ressaltar que esse fato talvez não tenha tido, na época de sua ocorrência, a importância que recebe hoje como forma de desabonar a profissão policial militar. A partir de 1809, as interferências do Exército na polícia afetaram sucessivamente os Corpos de Guardas Permanentes, as Brigadas Militares e, finalmente, as Polícias Militares.

Essa profundidade histórica foi importante para explicar porque a PMDF é hoje uma estrutura militarizada: embora a atividade de manutenção da ordem pública seja idêntica à realizada pelos quadrilheiros, que não faziam parte de uma “instituição” militarizada, com o advento da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, que passou a existir com a chegada da Família Real, o policiamento é militarizado.

A dualidade identitária da PM surgiu com a interferência do Exército na Polícia. O policiamento ostensivo passou a ser realizado por uma instituição militar. A atividade policial é feita no seio da sociedade civil e o fato de possuir caráter militar causa resistência de muitas pessoas. Esta resistência se dá pela expectativa e o temor do emprego da violência, uma característica comum às instituições militares em situação de guerra.

A investigação *in loco* possibilitou compreender a identidade que os próprios policiais têm de si. A identidade policial, correspondente à atividade fim da instituição se sobressai em relação à identidade militar. Três séculos separam o quadrilheiro do atual policial militar, mas a administração interna militarizada não alterou drasticamente as atividades do homem empenhado em realizar o policiamento ostensivo.

Espero ter conseguido mostrar que os policiais militares não se consideram uma cópia das Forças Armadas ou do Exército. Embora tenham consciência de sua organização militarizada, eles fazem questão de ressaltar seu papel – distinto de outras instituições militares – de intermediadores da justiça junto à sociedade.

Foi possível observar ainda, que a atividade policial enseja um ideal particular, que aqui foi tratado como “ideal de ordem”. Este ideal é o reflexo do trabalho da instituição, cuja principal função é manter a ordem pública. Os policiais realizam uma atividade que consideram importante para o bem-estar social e esperam que a sociedade também se engaje na promoção deste benefício mútuo. O ideal de ordem é a expectativa que o policial possui de que as pessoas zelem pela segurança das outras, além de respeitarem as instituições republicanas e a própria instituição policial.

Ao longo da pesquisa, procurei evitar as armadilhas dos pejos ideológicos e políticos que podem turvar a visão do pesquisador, bem como manter uma distância adequada com o objeto de estudo. Espero que este trabalho tenha contribuído para o entendimento de uma identidade policial militar mais próxima da realidade dos próprios policiais, em detrimento de uma identificação meramente interpretativa.

A análise da relação dos policiais com os índios se deu pela necessidade de compreender como as práticas policiais são colocadas frente a outro grupo social. Não foram analisadas somente as práticas, mas também as interpretações nativas sobre os indígenas brasileiros, além do ponto de vista dos índios sobre os policiais.

A pesquisa revelou que os policiais militares do DF possuem opiniões divergentes sobre os índios e suas reivindicações. Se o trabalho tivesse se

baseado em estereótipos, poderíamos concluir que todos os policiais seriam contrários à causa indígena (aqui reside o perigo de se estudar o “ser” policial alijado do “fazer” policial). Mas, como mostra a pesquisa, seria totalmente errôneo caracterizar os policiais como anti-indígenas. As opiniões reais dos policiais acerca dos índios são extremamente variáveis. Se alguns consideram os indígenas como “atrasados” ou mesmo um entrave ao desenvolvimento do país, outros, após a interação, passaram a se solidarizar com as dificuldades dos índios e com suas lutas para o reconhecimento de seus direitos, principalmente à terra.

Os policiais militares, assim como a maioria da população, possuem um conhecimento precário da questão indígena no Brasil. Eles tiveram um contato inicial com os índios e suas reivindicações através da escola e dos meios de comunicação. O contato nas manifestações públicas, que pode chegar a momentos de grande tensão, fez com que alguns policiais ressaltassem um certo desencantamento em relação à figura do índio idealizado representado nos livros didáticos. Outros policiais, no entanto, afirmaram terem sido colocados frente a difícil realidade enfrentada pelos índios para reivindicarem seus direitos e passaram então a compreender melhor algumas atitudes desses povos. Opiniões tanto favoráveis como contrárias aos índios e suas reivindicações são facilmente encontradas. Assim, como na opinião pública de modo geral, as opiniões dos policiais militares em relação aos índios são muito diversas e demonstram que a PMDF representa um microcosmo da própria sociedade.

As ações dos policiais durante o Acampamento Terra Livre de 2017 demonstram que a PMDF é uma instituição mediadora da ordem entre as instituições do governo federal e os manifestantes que, nesse caso específico, são indígenas. Como ocorreu um confronto entre índios e policiais neste evento, se fez necessário compreender os argumentos dos policiais com relação a este episódio. Desse modo, os policiais afirmaram que o uso de bombas de gás lacrimogênio foi uma resposta à tentativa de “invasão” ao Congresso Nacional promovida pelos indígenas e não uma represália à presença dos índios na Esplanada dos Ministérios. Quando os índios fizeram uma nova caminhada pela Esplanada dos Ministérios em direção aos Ministérios da Saúde, Educação e Justiça, não houve problema. Essa segunda caminhada foi pacífica e

acompanhada pelos policiais militares. Nos ministérios, os indígenas conseguiram protocolar a ata do ATL, o que não havia acontecido no dia em que a caminhada terminou em confronto.

Para concluir, gostaria de enfatizar que não se tratou aqui de uma tentativa do pesquisador de proteger a “comunidade” estudada por ele e da qual ele também faz parte. A maior dificuldade da PMDF, que raramente será exposta nos meios de comunicação, talvez por interesses espúrios ou pela dificuldade de informações internas surgirem do seio de uma instituição militarizada, é o problema da disseminação de estereótipos sobre seus integrantes e sobre a própria instituição. Isso dificulta o conhecimento e o reconhecimento da instituição como um grupo social equivalente a qualquer outro. Para entender a relação da PMDF com os índios, foi necessário recuperar a história da instituição, sua organização militarizada e o ideal de ordem pública. A Polícia Militar do DF não enxerga as manifestações indígenas como um combate ou confronto a ser vencido, assim como não é uma instituição anti-indígena. Como pudemos verificar ao longo da pesquisa, trata-se de uma instituição antidesordem!

Bibliografia

BRETAS, Marcos Luiz e **ROSEMBERG**, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. Revista Topoi, v.14, n. 26 janeiro/julho, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Celso e **LEIRNER**, Piero. Antropologia dos militares, organizadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EGE, Flávio Tadeu. Uma Breve História da Polícia no Brasil. São Paulo: Clube de Autores, 2017.

JÚNIOR, Cristóvão de Melo G. História da Polícia no Brasil, Revista SINPEF/PB, Paraíba. Junho, 2015.

MAUCH, Cláudia. Considerações sobre a história da polícia. Métis: história e cultura, v 6, n. 11 janeiro/junho, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade étnica, Identificação e Manipulação. Em: Identidade, etnia e estrutura social, São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

RAMOS, Alcida Rita. Vozes indígenas: o contato vivido e contado. *Anuário Antropológico* n° 87/117-43, 1990.

RENATUS, Flavius Vegetius. De Re Militari: Acerca de Assuntos Militares. Tradução livre, [S.l.]1940.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. Em: _____. Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

AZEVEDO, Francileide Pinheiro. Estudo Sobre as Representações Sociais do “inimigo” na Polícia Militar do Distrito Federal. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. UnB, 2017.

MUNIZ, Jaqueline. Ser policial é sobretudo uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, Gilvan Gomes da. A lógica da polícia militar na construção do suspeito. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. UnB, 2009.

COTTA, Francis Albert. Os Quadrilheiros no Caleidoscópio: Um exercício de história comparada - Portugal, Brasil e Peru. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/osquadrilheirosnocaleidoscopioumexerciciodehistoriacomparada.pdf>>. Acesso em 20 de jul. 2017.

PESSOA, Gláucia Tomaz de A. Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/307-corpo-de-guardas-municipais-permanentes-da-corte>>. Acesso em 12 jan. 2018.

RAMOS, Alcida Rita. O Índio Hiper-real (*). Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_01.htm>. Acesso em 10 jan. 2018.

CONSULTA DE IMAGEM, APARÊNCIA DO QUADRILHEIRO. Disponível em: <<http://www.umabrevehistoriadapolicia.blogspot.com>>. Acesso em 02 fev. 2019.

CONSULTA IMAGEM ENTREGA DE BLINDADOS À PMERJ. Disponível em: <<http://www.pmerj.rj.gov.br/2018/03/policia-militar-recebe-blindados/>>. Acesso em 02 fev. 2019.

CONSULTA OS POLICIAIS DA DIVISÃO MILITAR DA GUARDA REAL DE POLÍCIA. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/169-divisao-militar-da-guarda-real-da-policia-1808-1821>>. Acesso em 15 out. 2017.

CONSULTA DE IMAGEM, O ORGANOGRAMA DA PMDF. Disponível em: <<http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucional>>. Acesso em 15 out. 2017.

CONSULTA LEI Nº 7457 DE 1986. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7457-9-abril-1986-377033-normaatuizada-pl.html>>. Acesso em 20 jan. 2019.

CONSULTA LEI Nº 6450 DE 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6450.htm>. Acesso em 20 jan. 2019.

CONSULTA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em:
<<http://www.senado.leg.br>>. Acesso em 20 jan. 2019.

CONSULTA IMAGEM BATALHA DOS GUARARAPES. Disponível em:
<<http://www.ictnet.com.br/eventos-culturais-2/concurso-de-artes-plasticas/>>.
Acesso 15 dez. 2017.

CONSULTA IMAGEM FORMAÇÃO MILITAR DO EXÉRCITO ROMANO.
Disponível em: <<https://escolakids.uol.com.br/historia/pax-romana.htm>>.
Acesso em 02 fev. 2019.

CARVALHO, Vladimir. Barra 68: Sem perder a ternura. [Filme-documentário].
Produção de Vladimir Carvalho, direção de Vladmir Carvalho. Brasília, 2000.
80min. Cor.